

8.

Filosofia da Linguagem

TERESA MARQUES E MANUEL GARCÍA-CARPINTERO*

1. Conceitos Básicos

A filosofia da linguagem dedica-se ao estudo da linguagem natural. Não se dedica ao estudo de línguas particulares, tal como o português, o castelhano ou o inglês, mas sim ao estudo filosófico de características gerais da linguagem e da nossa capacidade e proficiência linguística enquanto seres humanos.

Ao longo da história, os filósofos questionaram-se sobre como as palavras podem significar objectos exteriores à nossa mente, ou sobre como as palavras podem veicular as nossas ideias e conceitos. Santo Agostinho, por exemplo, falava das palavras como símbolos ou signos que representam, para a mente, coisas externas, como se fossem nomes ou etiquetas dos objectos que nos rodeiam. Já na época moderna, Descartes apontava o uso da linguagem como um dos factores fundamentais para distinguir os seres humanos dos animais e das máquinas.

Foi apenas a partir do século xx que os progressos científicos no estudo da linguagem permitiram que a filosofia da linguagem progredisse, tanto nos métodos usados como no alcance das teorias avançadas. O desenvolvimento de disciplinas como a lógica formal, a linguística, a psicologia, a neurologia, etc., promoveram a investigação da estrutura da linguagem, bem como da sua aprendizagem e uso.

* Agradecemos o apoio dos projectos *C-project: Truth, Semantic Confusion and Embodiment*, Code: HUM 2006-08236/FISO (C-CONSOLIDER) e *PERSP – Philosophy of Perspectival Thoughts and Facts*, CSD2009-00056.

Em particular, começou-se a investigar a *estrutura sintáctica* da linguagem e a sua complexidade *semântica*, o que tem revelado a maneira como a nossa capacidade linguística parece ser, evolutivamente, única.

Segundo Noam Chomsky, um importante e influente linguista, a aparição da linguagem humana constituiu uma importante descontinuidade na evolução, a qual seria inexplicável se não dispuséssemos de uma metodologia inata, codificada geneticamente, algo como os princípios gerais para a aquisição de conhecimento a partir dos dados da experiência. A capacidade humana de dominar uma estrutura sintáctica e semanticamente complexa parece ser única entre os seres vivos. Dominar uma língua não se reduz a associar palavras a conceitos e a objectos. Saber uma língua é saber juntar palavras da maneira *correcta* numa frase estruturada. Um dos aspectos mais centrais da nossa capacidade linguística é que essa capacidade é *produtiva* e *sistemática*. Sabendo um número limitado de palavras, e conhecendo explicitamente um número limitado de regras linguísticas e gramaticais, somos capazes de *compreender* um número indefinidamente grande de frases que nunca tínhamos ouvido antes, e somos também capazes de *produzir* um número indefinidamente grande de frases que nunca tínhamos produzido antes. Por exemplo, qualquer linguagem natural tem inflexões verbais, as quais representam a ocorrência de um acontecimento em diferentes momentos de tempo (com respeito ao tempo em que a frase é produzida), representam diferentes tipos de agentes: o falante, uma audiência ou interlocutores, um terceiro que não é quem fala nem aquele a quem o locutor se dirige, e um grupo que inclui quem fala. A linguagem natural tem indicadores de modo, representando os possíveis tipos de papéis que podem ser desempenhados por diferentes objectos em diferentes acontecimentos: agente, paciente, finalidade, etc. A linguagem natural possui advérbios, preposições e conjunções, que representam relações espaciais, temporais, numéricas e lógicas.

A investigação do desenvolvimento da linguagem é uma tarefa a ser desenvolvida pela ciência – a paleontologia, a neurologia, etc. Mas a ciência ocupa-se de algo de que temos um conhecimento intuitivo prévio – a linguagem natural. Ora, a filosofia da linguagem dedica-se em parte a tornar explícito o nosso conhecimento implícito da linguagem. Como tal, a filosofia da linguagem é uma disciplina central na filosofia.

Este capítulo é uma introdução selectiva à filosofia da linguagem. A alternativa que se nos deparava era fazer uma breve apresentação de teorias do significado, da referência e da verdade, e ainda de alguns tópicos de pragmática, ou escolher um tópico em particular que é, tradicionalmente, o elegido nos cursos introdutórios à filosofia da linguagem. Este capítulo oferece assim uma introdução a alguns dos temas centrais e clássicos da filosofia da linguagem contemporânea. A maior parte do capítulo dedicar-se-á a teorias da referência, a de Frege e de Russell, e à sua crítica subsequente por filósofos como Saul Kripke. Isto poderia levar-nos a pensar que a filosofia da linguagem contemporânea continua, como era tradicional, focada

na relação entre nomes, objectos e ideias, isto é, que continua focada numa forma simplificada da relação entre linguagem, mente e mundo. Nada podia estar mais longe da verdade, como se tornará claro. A grande alteração na perspectiva sobre o estudo da linguagem, que se deve a pessoas como Frege ou Russell, é que graças ao seu trabalho os filósofos passaram a reflectir sobre a contribuição semântica sistematicamente feita por diferentes categorias sintácticas nas diferentes construções frásicas em que possam ocorrer, por exemplo a de termos referenciais como os nomes próprios. A relação linguagem-mente-mundo continua a ser uma preocupação dos filósofos contemporâneos, mas de uma forma muito mais sofisticada, rigorosa e sistemática. Os filósofos preocupam-se agora, por exemplo, com as condições de verdade correctas de usos particulares de frases, com os estados de coisas reais ou possíveis que confeririam verdade ou falsidade às frases usadas, e com o valor cognitivo de distintos tipos de frases. Como indicaremos na última secção do capítulo, outros desenvolvimentos da filosofia da linguagem contemporânea dizem respeito àquilo que nós, enquanto seres humanos, conseguimos fazer por meio da linguagem, aos diferentes actos de fala possíveis, e aos diferentes níveis de significado que podemos comunicar por meio do uso de frases com um significado convencionalmente estabelecido. No resto da presente secção, apresentamos alguns conceitos e distinções básicos.

1.1. *Uso e menção*

Esta secção introduz a diferença entre usar e mencionar uma palavra. Na próxima, introduz-se uma distinção relacionada com esta, a saber, a distinção entre linguagem objecto e metalinguagem. Introduce-se também o uso de aspas para citar expressões.

Considerem-se as seguintes frases:

- (1) Lisboa é uma cidade.
- (2) Fernando Pessoa viveu em Lisboa.
- (3) Nem todos os habitantes de Lisboa nasceram nessa cidade.
- (4) A cidade em que nasceu Santo António tem mais de 100.000 habitantes.

Nestas orações, mencionamos ou referimos a cidade de Lisboa de diferentes modos: usamos um nome próprio em (1) e (2), um demonstrativo em (3) e uma descrição definida em (4). Mas também podemos mencionar as palavras elas mesmas:

- (5) «Lisboa» é uma palavra grave.
- (6) Em «Lisboa» há um é, mas não há nenhum é nessa palavra.
- (7) A última palavra em (5) é «grave».

Como vemos pelos exemplos, tanto podemos mencionar objectos extra-linguísticos em geral como expressões usando as expressões elas mesmas. As expressões que usamos para mencionar coisas são nomes próprios («éle», «éfe»), demonstrativos («essa palavra») e descrições definidas («a última palavra em (5)'). Podemos também recorrer ao uso da palavra que queremos mencionar. Isto gera uma certa ambiguidade. Uma palavra como «Lisboa», que tem um uso concreto (menciona uma cidade), recebe um novo uso para mencionar-se a si mesma. A falta de atenção a esta pequena ambiguidade pode suscitar confusões. Na linguagem oral, é difícil prevenir as confusões de forma sistemática, mas na escrita existe um procedimento que foi empregue acima neste parágrafo: colocamos a expressão que queremos mencionar entre aspas, indicando assim que a palavra ou expressão não deve ser entendida de forma convencional. O resultado é uma citação: uma citação é uma expressão nominal que se constrói colocando entre aspas uma qualquer outra expressão, e que se usa para mencionar a expressão que se encontra entre aspas.⁴²

O essencial da distinção entre uso e menção, assim, é o seguinte: para mencionar coisas, usamos expressões. Às vezes as coisas que mencionamos são elas mesmas expressões. Um dos recursos de que dispomos para mencionar expressões é a citação, que permite mencionar a expressão entre aspas. Em (1) e (2) *usa-se* «Lisboa», mas não se *menciona* «Lisboa». Em (5), por sua vez, menciona-se «Lisboa». Será que se usa «Lisboa» além de se mencionar? «Lisboa» tem um uso convencional primário em português: serve para mencionar a cidade. Em (5) não é usada dessa maneira. Usa-se como parte de uma citação, a qual é usada por sua vez para mencionar a palavra «Lisboa».

Por meio da citação, mencionamos expressões nominais, cujo uso primário é mencionar coisas. Podemos também citar expressões de outras categorias, como é o caso em (8) e (9), ou expressões que não têm nenhum uso convencional na língua que usamos, porque pertencem a outra língua, (10), ou ainda expressões que não pertencem a nenhuma língua, como em (11):

- (8) «Que arcanjo teus sonhos veio velar, maternos, um dia?» contém um hipérbato.
- (9) «Muito legal» é uma frase feita do português falado no Brasil que não se usa em Portugal.
- (10) Em inglês, os termos que se usam para a distinção que estamos a fazer são «use» e «mention».
- (11) «Poaksdkfa» não é uma palavra portuguesa.

⁴² Atenção que o uso de aspas é uma convenção. Tanto se pode citar com «Lisboa», como com *Lisboa*, ou 'Lisboa', <Lisboa> ou !Lisboa!.

Citar é um procedimento recursivo. Uma citação é também uma expressão; assim, quando nos referimos a uma citação podemos, para tal, pô-la entre aspas, como se pode ver em (12):

(12) A palavra com a qual começa o exemplo (5) é ««Lisboa»».

1.2. *Linguagem e metalinguagem*

Podemos falar sobre a linguagem ela mesma, por exemplo ao falar sobre a gramática, a sintaxe ou a fonética de uma língua particular, como o grego. Quando falamos sobre a linguagem, chama-se àquilo sobre que falamos «linguagem-objecto». Uma gramática de grego escrita em português tem como tema a língua grega. Assim, uma grande parte das orações desse livro de gramática mencionarão expressões de grego. Essas orações têm como linguagem-objecto a língua grega: a língua sobre a qual trata o livro. Por outro lado, se um tal livro de gramática for escrito em português, o português é a metalinguagem, isto é, é a linguagem cujas expressões se usam (nesse texto) para mencionar as expressões de uma outra linguagem (a linguagem-objecto). A distinção entre linguagem e metalinguagem é sempre feita relativamente a um discurso, como foi o caso no exemplo anterior. Uma gramática de português escrita em inglês terá o português como linguagem-objecto.

A linguagem-objecto e a metalinguagem podem ser da mesma língua; também pode dar-se o caso de a linguagem-objecto ser uma parte própria da metalinguagem. Neste capítulo, o português é usado como metalinguagem para abordar as propriedades de diferentes linguagens-objecto, entre elas o português ele mesmo.

1.3. *Tipos e exemplares*

Expressões como «o gato», «o VW Golf» ou «a 9ª Sinfonia» têm um uso específico em (13)-(15) e um uso genérico em (16)-(18):

- (13) O gato trepou a árvore.
- (14) O VW Golf está estacionado.
- (15) A 9ª Sinfonia começou às 21:00.
- (16) O gato é um animal de estimação muito comum.
- (17) O VW Golf não se vende tanto como há 20 anos.
- (18) Beethoven compôs a 9ª Sinfonia.

Quando as expressões recebem um uso genérico, as expressões em causa significam *tipos*. Quando as expressões recebem um uso específico significam *exem-*

plares. Os exemplares são particulares concretos, localizados no espaço e no tempo, e entram em cadeias causais com outros objectos particulares. Os tipos, por sua vez, são exemplificados por particulares concretos.

A distinção entre tipo e exemplar aplica-se também às expressões. A citação em (19) tem um uso genérico (o uso mais comum nas citações), mas a de (20) tem um uso específico. A primeira menciona uma expressão-tipo, e a segunda menciona uma expressão-exemplar:

- (19) Em Sintra, há uma pastelaria que se chama «Piriquita».
- (20) Ontem o leteiro «Piriquita» caiu de cima da porta da pastelaria, e terá de ser substituído.

1.4. Orações, frases declarativas e proposições

Uma oração é uma sucessão de expressões de uma língua gramaticalmente bem ordenadas, susceptível de ser usada para levar a cabo alguns dos actos que executamos por meio do uso de expressões linguísticas, os quais se chamam «actos de fala» ou «actos linguísticos», tais como dar informação e recebê-la, perguntar, prometer, ordenar, etc. (21)-(23) são orações de português, mas (24) e (25) não o são.

- (21) Que horas são?
- (22) João, devolve já o livro!
- (23) Armstrong pisou a superfície da Lua.
- (24) meninos os com graça tem.
- (25) Senhora, the table está posta.

Uma *frase declarativa* é uma oração que é susceptível de ser avaliada como verdadeira ou falsa, o que depende dos tipos de actos linguísticos que se podem realizar por meio do seu uso. As frases declarativas são aquelas orações com as quais se podem levar a cabo os actos de informar, dar uma opinião, fazer uma constatação, uma previsão, etc. (tanto (23) como (1)-(20) são frases declarativas, mas (21) e (22) não o são).

Quando damos informação sobre actos de fala ou linguísticos, fazemo-lo mediante frases declarativas como as seguintes:

- (26) Quem profere (22) ordena a João que devolva o livro imediatamente.
- (27) Quem profere (23) afirma que Armstrong pisou a superfície da Lua.

Estas frases têm uma estrutura análoga às que usamos para descrever certos actos de fala ou estados mentais:

- (28) O Manuel acredita que Armstrong pisou a superfície da Lua.

- (29) O Manuel deseja que o João devolva o livro.
 (30) O Manuel vê que a bola não entrou na baliza.

Sintacticamente, (26)-(30) têm a estrutura sujeito-verbo-objecto directo. No caso de (26) e (27), o verbo indica o tipo de acto de fala que se leva a cabo. No caso de (28)-(30), o que é indicado é o tipo de estado ou acto mental (acreditar, desejar ou ver). O objecto directo é uma oração subordinada substantiva, introduzida pela conjunção «que». Estas orações, como por exemplo «que Armstrong caminhou na superfície da Lua», designam ou mencionam proposições. Por essa razão, chama-se «atitudes proposicionais» aos actos e estados mentais como acreditar, desejar, ver, etc.

Uma proposição é um aspecto do significado de orações – e de frases declarativas em particular – e dos actos e estados mentais. Por agora diremos apenas que uma proposição captura aquilo que orações e estados mentais *representam*. Diferentes enunciados podem expressar a mesma proposição, como acontece em (23), (31):

- (23) Armstrong pisou a superfície da Lua
 (31) Armstrong stepped on the Moon.

Por outro lado, a mesma frase poderia expressar diferentes proposições. Isto pode suceder se a mesma frase declarativa pertence a línguas diferentes, e tem significados distintos em cada uma delas. Isso também pode acontecer quando uma frase de uma mesma língua é proferida em contextos diferentes, ou se a frase contém expressões cujo significado depende do contexto. Assim, quando pessoas diferentes dizem «eu tenho fome», a proposição que expressam é distinta. Chamaríamos «elocução» ao exemplar produzido ao emitir uma oração, seja acústica ou graficamente. O que observamos, então, é que elocuições diferentes da mesma frase «eu tenho fome» podem expressar diferentes proposições. Diferentes elocuições *representam* diferentes pessoas com fome.

1.5. *Condições de verdade e valores de verdade*

O conteúdo de um acto de fala ou estado mental poderia ser o conteúdo de uma frase declarativa:

- (32) Oxalá Neil Armstrong pisasse a superfície da Lua!

Quem profere (32) expressa o desejo de que Armstrong caminhe na superfície da Lua. Mas quem profere (23)

- (23) Armstrong pisou a superfície da Lua.

apenas afirma, ou assevera, que Armstrong pisou a superfície da Lua.

Para estudarmos o que é uma proposição não nos basta estudar o significado de frases declarativas. Algumas frases declarativas são verdadeiras e outras são falsas. Em geral, não basta compreender uma frase para saber se ela é verdadeira ou falsa. Um falante competente de português entenderá (23) se dispuser de informação contextual sobre o momento no qual a elocução de (23) ocorreu ou sobre como compreender os nomes próprios «Neil Armstrong» e mesmo «Lua» («Lua» poderia aqui ser o nome de uma estátua na Fundação de Serralves, e não do único satélite natural da Terra, por exemplo).

Se (23) é ou não verdadeira depende do que se passou no dia 20 de Julho de 1969. (23) é verdadeira *na condição de que* tal coisa tenha acontecido, o facto possível ou o estado de coisas, de que Neil Armstrong pisou a superfície lunar. Este facto possível, ou estado de coisas, é a *condição de verdade* de (23), aquilo cuja existência ou não existência *confere* a (23) o seu valor de verdade.

Valores de verdade e *condições de verdade* são coisas distintas. Diferentes frases declarativas podem ter o mesmo valor de verdade sem terem as mesmas condições de verdade. Por exemplo, (33) e (34) têm, na realidade, o mesmo valor de verdade – verdadeiro – mas não têm as mesmas condições de verdade:

(33) A neve é branca.

(34) A Lua é esférica.

Por outro lado, (23), (35) e (36) têm as mesmas condições de verdade:

(35) A Lua foi pisada por Neil Armstrong.

(36) Neil Armstrong stepped on the Moon.

A proposição pode ser vista como um aspecto do significado de frases declarativas, que pode ser comum a diferentes frases, e que recolhe aquilo que tais frases (ou estados e actos mentais) representam.

O filósofo alemão Gottlob Frege (*Grundgesetze*, I § 32) e o austríaco Ludwig Wittgenstein (*Tractatus*, 4.024) afirmavam que a proposição expressa por uma frase é a *condição* para a sua verdade, aquilo que, *caso se dê*, confere à frase o carácter de ser verdadeira; a proposição é um estado de coisas *verofactor*¹. Chama-se «verofactor» àquele estado de coisas que confere a condição de ser verdadeira a uma frase proferida, isto é, que *faz com que a frase seja verdadeira*. É possível compreender uma frase declarativa sem saber o seu valor de verdade (isto é, sem saber se é ou não verdadeira), mas não se pode compreender sem saber quais são as condições de verdade da frase, isto é, sem saber aquilo que lhe conferiria verdade.

¹ Um *factor* é, num dos seus sentidos, aquele que faz alguma coisa, um agente, ou, noutro sentido, a condição ou causa de algo. Por exemplo, em latim, espanhol, italiano e até inglês *benefactor* é alguém que faz o bem. Em português o termo evoluiu para «benfeitor».

Voltemos à viagem à Lua.

(23) Armstrong pisou a superfície da Lua.

(39) Alguém pisou a superfície da Lua.

Retomando uma ideia que era originalmente de Leibniz, Wittgenstein e Carnap generalizaram uma ideia que podemos ilustrar com um jogo de xadrez. Em 2000, Kramnik e Kasparov enfrentaram-se no campeonato do mundo de xadrez. Esse jogo começou com uma jogada que podemos descrever desta forma:

1. e4, e5.

Depois desta jogada, outras seriam possíveis, e entre todas as jogadas possíveis, encontram-se aquelas que de facto se seguiram. Parece-nos que, além do jogo de xadrez que de facto foi jogado por Kramnik e Kasparov, há muitos outros jogos de xadrez possíveis. Um aspecto do significado de uma frase declarativa pronunciada acerca do jogo de xadrez em questão (a descrição dada das primeiras jogadas, por exemplo) é o estado de coisas que é representado. Esse estado de coisas define-se indicando uma subclasse de todas as possíveis, entre as quais se encontra o jogo de xadrez real. De forma análoga, mas mais geral, parece-nos que todo o mundo (que inclui o jogo de xadrez em questão) não é mais do que um entre vários mundos possíveis.

Quando o físico Steve Weinberg, na sua célebre obra de divulgação, descreve os primeiros três minutos do universo depois do *Big Bang*, distingue o que, segundo ele, realmente aconteceu daquilo que *poderia* ter acontecido. Igualmente, quando pensamos se havemos de sair para jantar fora com amigos, avaliamos as nossas preferências com respeito a diferentes opções possíveis. Em todos estes casos, seleccionamos uma subclasse da classe de todos as situações possíveis.

Para que esta noção de mundo possível seja legítima em termos teóricos, é necessário que algo fixe a classe dos mundos possíveis. No caso do xadrez, há algo que fixa a classe de todas as jogadas possíveis: as regras do xadrez, que determinam aquilo que é, em essência, um jogo de xadrez. Mas para que a noção de mundo possível seja legítima, não é preciso acreditar que aquilo que determina as alternativas ao mundo real seja igualmente algo arbitrário como o conjunto de regras do xadrez o é. Basta que exista algo que determine que possibilidades existem. Por exemplo, é essencial à maternidade que essa relação obtenha entre uma mãe e um filho ou filha. Supondo que *A* gera *B*, há em princípio mundos possíveis nos quais essa relação de maternidade não existe. Mas não há nenhum mundo possível em que exista uma relação de maternidade sem que alguém seja a progenitora de um filho ou de uma filha. Da mesma maneira, há mundos possíveis nos quais Camões não é poeta, mas não há mundos possíveis em que Camões exista mas não seja humano.

Supondo que os mundos possíveis (a totalidade de cursos alternativos da história que o mundo real poderia ter seguido, incluindo entre eles o curso que de facto segue) estão bem determinados, fica assim definido o estado de coisas representado por frases como (23) e (39) como o conjunto de mundos possíveis em que existe o estado de coisas que confere verdade a (23) e a (39).

Frege e Wittgenstein consideravam que as condições de verdade são um aspecto do significado das frases declarativas, mas não explicaram exactamente o que identifica as condições de verdade. Exemplos como (40) e (41) mostram que essa identificação é problemática. O mesmo sucede com (42) e (43):

(40) O Pedro tem mais de um irmão mas menos de três.

(41) O Pedro tem exactamente dois irmãos.

(42) $2 + 2 = 4$

(43) Se alguém mede mais de 1, 80 m, então mede mais de 1, 70 m.

Qualquer circunstância possível na qual (40) é verdadeira é também uma circunstância possível na qual (41) é verdadeira, e qualquer circunstância em que (40) é falsa é também uma circunstância em que (41) o é. Portanto, (40) e (41) têm as mesmas condições de verdade. Mas o seu significado não é idêntico, parecidos. (42) e (43) são casos ainda mais claros de duas frases com as mesmas condições de verdade mas que não têm o mesmo significado. O que (42) nos diz é verdade em *qualquer* circunstância possível, e o mesmo podemos dizer de (43), pelo que (42) e (43) são verdadeiras nas mesmas circunstâncias possíveis, ou seja, em todas. Apesar disso, é bastante claro que não significam o mesmo. Isto mostra que o significado de uma frase não se reduz às suas condições de verdade. Isso não quer dizer que, em geral, uma teoria sobre o significado não tenha também de dar conta das condições de verdade de uma frase.

2. Frege

Friedrich Ludwig Gottlob Frege (1848–1925) foi um matemático, lógico e filósofo alemão cujo trabalho teve muita importância no desenvolvimento da lógica formal contemporânea (foi graças ao trabalho de lógicos como Frege no final do século XIX e início do século XX que as linguagens formais se puderam desenvolver, e que os computadores se tornaram uma realidade). Frege desenvolveu o primeiro *cálculo de predicados*, onde explicava como tratar frases quantificadas, e onde oferecia também um sistema de prova formal que ainda hoje é aceite. Apesar de ser fundamentalmente um lógico e um matemático, Frege desenvolveu a sua própria filosofia da linguagem, a qual veio a ser influente em toda a filosofia da linguagem posterior. O artigo de Frege «Über Sinn und Bedeutung» de 1892 («Sobre o Sen-

tido e a Referência») é hoje em dia um clássico. Neste artigo, Frege considera dois quebra-cabeças sobre a linguagem e dá-se conta de que não podemos explicar o significado e o comportamento lógico de certas frases se nos ativermos apenas aos referentes de certos termos (nomes próprios e descrições definidas) ocorrentes na frase. Um dos quebra-cabeças diz respeito a afirmações de identidade, e o outro a orações subordinadas, que ocorrem por exemplo nas atribuições de atitudes proposicionais. Para resolver os quebra-cabeças, Frege propõe distinguir entre dois tipos de significado: o *sentido* e a *referência*, postulando assim que existem dois tipos de relações semânticas envolvidas na explicação do significado dos termos de uma linguagem. Esta é uma das ideias mais influentes na filosofia dos últimos cem anos, e ninguém que trabalhe na chamada tradição analítica desconhece a distinção introduzida por Frege. Esta secção é dedicada, sucintamente, à filosofia da linguagem de Frege, e a alguns dos temas centrais e mais influentes para a filosofia da linguagem posterior.

2.1. Produtividade, sistematicidade e os princípios da composicionalidade e do contexto

Autores como Wittgenstein, Davidson e Chomsky insistiram que as línguas naturais são *produtivas*: um falante competente de uma língua adquiriu uma capacidade (potencialmente infinita) para compreender orações que nunca tinha ouvido nem proferido antes. Os falantes competentes não têm uma capacidade semelhante com respeito às unidades lexicais, que são as unidades mínimas de significado, por vezes mais pequenas que as palavras (por exemplo, as raízes verbais, as desinências pessoais dos verbos, o tempo, número, etc.) Nesta subsecção, apresentamos duas propriedades básicas comuns a todas as línguas (i.e., a todas as línguas naturais): a produtividade e a sistematicidade. Considere-se a seguinte lista de frases:

- (44) (a) O amigo do João é alto.
 (b) O amigo do amigo do João é alto.
 (c) O amigo do amigo do amigo do João é alto.
 etc.

Cada frase nesta série é uma frase distinta da frase que a precede. Além do mais, esta série é potencialmente ilimitada, uma vez que podemos sempre acrescentar uma nova frase à seguinte (basta acrescentar «o amigo de» no início de cada nova frase). A língua portuguesa tem mais de 300 mil unidades lexicais, mas os exemplos em (44) mostram-nos que com apenas 6 palavras podemos gerar um número infinito de orações.

Um falante de uma língua é capaz de compreender e produzir orações novas que nunca antes tinha ouvido. Por exemplo, o leitor deste texto é capaz de compreender a oração em (45). Se for a primeira vez que lê este texto, certamente nunca a terá lido antes:

- (45) Corre o rumor de que num dos corredores da biblioteca da Faculdade de Letras de Lisboa se encontra um livro que tem escondido uma nota de 50 euros, a qual foi escondida entre duas das suas páginas pela mãe do autor ou autora, que desejava assim recompensar a primeira pessoa que decidisse consultar essa obra.

Na realidade, entre a maior parte das frases que se encontram neste capítulo incluem-se muitas que o leitor lê neste momento pela primeira vez e que é capaz de compreender perfeitamente. Isto indica que a língua portuguesa, como qualquer língua natural, é produtiva. A língua portuguesa é, também como qualquer língua natural, sistemática. Ao sermos capazes de compreender (46), somos também capazes de compreender (47):

- (46) O João ama a Maria.
(47) A Maria ama o João.

Novamente, quem compreende (48) compreende também (49) ou (50):

- (48) O gato assusta o rato que está ao lado do cão.
(49) O cão assusta o gato que está ao lado do rato.
(50) O rato assusta o cão que está ao lado do gato.

E, naturalmente, quem compreende estas frases compreende também:

- (51) O João ama o gato que está ao lado do cão.
(52) O cão que está ao lado do rato ama o gato que está ao lado do João.

Estes exemplos ilustram o facto de que a compreensão de frases da nossa língua não se processa isoladamente, uma a uma. Pelo contrário, a nossa compreensão de uma frase não é independente da nossa capacidade de compreender o significado de outras frases relacionadas com essa. Existem relações sistemáticas entre as diferentes expressões complexas que somos capazes de compreender. Compreender o significado de uma oração implica compreender outras orações com uma estrutura semelhante e com os mesmos elementos constituintes, ainda que estes estejam combinados de uma forma diferente. Isto indica que a nossa compreensão da linguagem natural é sistemática.

A produtividade e a sistematicidade da linguagem natural podem ser explicadas se supusermos o *Princípio da Composicionalidade* de Frege. Segundo este princípio, o significado de uma oração (e em particular a proposição expressa por uma frase declarativa) depende sistematicamente das características semânticas associadas a alguns dos elementos sintácticos da oração: o significado da oração é sistematicamente determinado pelo significado das unidades lexicais que a compõem, e o significado das construções sintácticas de sintagmas complexos é determinado a partir das unidades lexicais. Chama-se *forma lógica de uma oração* à especificação das características sintácticas que são semanticamente relevantes para a aplicação do Princípio de Composicionalidade

A explicação da produtividade da linguagem natural com base no Princípio da Composicionalidade pressupõe que a competência semântica envolve o conhecimento da forma lógica das orações e da contribuição semântica de cada elemento que aí ocorre. Tendo sido expostos a uma série de orações, passamos a conhecer a contribuição semântica das unidades lexicais e dos modos sintácticos de composição que constituem a forma lógica das frases. Graças a isso, podemos computar o significado que os elementos semânticos determinam quando aparecem combinados em orações que nunca antes tínhamos ouvido. Se alguns modos sintácticos de construção são recursivos (quer dizer, se se podem aplicar novamente às frases que resultaram da sua aplicação), então a capacidade assim adquirida é potencialmente infinita (como acontece nos exemplos em (44)).

Frege propôs também o Princípio do Contexto, que à primeira vista contradiz o Princípio da Composicionalidade. Segundo o Princípio do Contexto, as unidades lexicais (e os modos sintácticos de construção de expressões complexas a partir das unidades lexicais) só têm significado no contexto de orações. Isto é, o significado de uma unidade lexical (seja uma raiz verbal, ou uma desinência para o tempo verbal) depende de como essa unidade contribui semanticamente, juntamente com as demais expressões, para o significado de orações nas quais a expressão é usada (a raiz verbal, por exemplo). O Princípio do Contexto tem uma justificação intuitiva, tão forte como a justificação que a produtividade linguística confere ao Princípio de Composicionalidade. Não parece possível que alguém possa entender, por exemplo, a raiz do verbo «correr», se não souber como, em combinação com outras unidades lexicais (expressões que indicam o tempo verbal, o sujeito da acção, etc.) o verbo contribui para o significado das orações nas quais ocorre. Ora bem, parece que os dois princípios são incompatíveis entre si. De acordo com o Princípio da Composicionalidade, o significado das orações depende do significado das unidades que as compõem; de acordo com o Princípio do Contexto, o significado das unidades lexicais depende do significado das orações nas quais aparecem.

A aparente inconsistência entre os princípios fregeanos da composicionalidade e do contexto resolve-se com algum cuidado: o Princípio da Composicionalidade requer que o significado de uma afirmação dependa especificamente de (seja

determinado por) os significados das unidades lexicais e modos de construção que a compõem. Mas o Princípio do Contexto requer apenas que o significado de uma unidade lexical dependa genericamente do significado das frases nas quais ocorre. Ou seja, para entender um nome próprio, por exemplo, há que compreender alguma afirmação (uma ou outra) no qual o nome próprio aparece; mas não existe nenhuma afirmação particular tal que seja preciso compreendê-la para compreender um nome próprio. Entendido desta forma, o Princípio da Composicionalidade é compatível com o Princípio do Contexto.

2.2. *Modalidades metafísicas, epistémicas e semânticas. O programa logicista*

As afirmações são verdadeiras de diferentes *modos*. Algumas afirmações são necessariamente verdadeiras, outras são contingentemente verdadeiras; algumas são verdadeiras *a priori*, outras são verdadeiras *a posteriori*; algumas serão analiticamente verdadeiras, outras sinteticamente verdadeiras. Cada par representa uma *modalidade da verdade*, uma maneira pela qual as afirmações são verdadeiras. A necessidade e a contingência (e a *possibilidade*, que se relaciona com ambas) são modalidades *metafísicas*; a aprioridade e aposterioridade são modalidades *epistémicas* e a analiticidade e sinteticidade são modalidades *semânticas*.

As frases declarativas são verdadeiras ou falsas em virtude da proposição que expressam, e portanto em virtude da condição de verdade ou estado de coisas que significam. Se uma frase não expressa uma proposição (uma condição de verdade ou estado de coisas) não faz sentido dizer que a frase ela mesma é verdadeira ou falsa. Por isso, não tem sentido atribuir-lhe qualquer modalidade.

Uma frase é *necessariamente verdadeira* se representa um estado de coisas que existe em todos os mundos possíveis. Ou seja, tal frase não poderia ter sido falsa, pois a sua condição de verdade obtém independentemente de quaisquer outras coisas que possam acontecer no mundo. Uma frase é *contingentemente verdadeira* se o estado de coisas representado existe no mundo real, mas não existe em todos os mundos possíveis, isto é, se é verdadeira mas poderia ter sido falsa (conversamente, uma frase é *contingentemente falsa* se de facto é falsa, mas poderia ter sido verdadeira). Se uma frase é contingentemente verdadeira, a sua negação é possivelmente verdadeira. Uma frase é *possivelmente verdadeira* se o estado de coisas que representa se dá em algum mundo possível (não necessariamente no mundo real). As seguintes frases são exemplos de verdades necessárias:

(53) Quando assassinaram César, ou bem que nevava ou não nevava em Roma.

(54) $7 + 5 = 12$

- (55) Se a e b são os lados de um triângulo rectângulo, e c a sua hipotenusa, então $a^2 + b^2 = c^2$.
- (56) Se a é uma superfície, não é o caso que a seja inteiramente vermelha e inteiramente verde ao mesmo tempo.

Estas modalidades dizem-se *metafísicas* porque dizem respeito, como nos casos antes considerados, àquilo que é essencial a certas coisas: ao xadrez, à maternidade, a uma pessoa concreta, a um triângulo, etc. A metafísica ocupa-se dos aspectos essenciais, se alguns, daquilo que existe no mundo, e do que determina tais aspectos.

As modalidades epistémicas dizem respeito às diferentes formas de se conhecer a verdade de uma frase. A verdade de uma frase conhece-se quando se está em posição de oferecer uma justificação válida – uma razão – para acreditar que ela é verdadeira (atenção ao facto de que ter uma justificação válida para a verdade *nem sempre* garante conhecimento; uma justificação válida é em geral uma *condição necessária* mas não *suficiente* para se ter conhecimento). Em muitos casos, a justificação válida que oferecemos para a verdade de uma frase apela essencialmente à nossa experiência. Neste caso, sabemos *a posteriori* que a frase é verdadeira. A verdade de uma frase é *conhecida a priori* no caso contrário, isto é, quando a justificação válida que oferecemos para a nossa crença na sua verdade não apela à experiência. Tradicionalmente, os exemplos (53)-(55) são considerados como verdades *a priori*.

O facto de uma frase ser verdadeira *a priori* ou *a posteriori* não depende apenas da frase ela mesma, depende também do tipo de justificação válida que se dá para a afirmação dessa frase. A mesma frase pode ser *a priori* relativamente a um tipo de justificação e *a posteriori* relativamente a outro tipo de justificação. Por exemplo, podemos tentar justificar a verdade de (55) pela experiência, recortando muitos quadrados de papel correspondentes aos lados e à hipotenusa de vários triângulos rectângulos diferentes, e comprovando depois, após os recortar e sobrepor convenientemente, que a superfície dos quadrados correspondentes aos lados coincide exactamente à vista desarmada com a superfície da hipotenusa. Podemos também justificar a nossa crença na verdade de (54) consultando uma máquina de calcular.

Assim, para que uma frase seja verdadeira *a posteriori* não basta justificá-la por apelo à experiência. Antes, o apelo à experiência deve ser essencial para a validade da justificação, pois caso contrário nenhuma afirmação poderia ser conhecida *a priori*. Ou seja, uma frase é cognoscível *a posteriori* se é necessário que seja conhecida por meio da experiência. Uma frase é cognoscível *a priori* se é possível que seja conhecida sem apelar a qualquer experiência.

Os exemplos dados acima sugerem que a extensão dos dois pares de modalidades apresentadas até aqui coincide: todas as verdades necessárias são cognoscíveis (isto é, podem ser conhecidas) *a priori* e todas as verdades contingentes são cognoscíveis *a posteriori*. Contudo, como assinalou mais recentemente Saul Kripke,

não é óbvio que assim seja. Há afirmações da matemática como (56), a chamada «conjectura de Goldbach», cuja verdade é desconhecida:

(56) Todo o número par é o resultado da soma de dois números primos.

Como (56) é uma afirmação da aritmética, se for verdadeira será necessariamente verdadeira. Mas talvez não possa ser conhecida *a priori*, porque talvez não esteja ao nosso alcance qualquer justificação válida para a sua verdade. Além do mais, há afirmações *a priori* que são contingentemente verdadeiras, por exemplo:

(57) A décima milionésima parte do quadrante de meridiano terrestre que passa por Paris mede um metro.

A justificação da verdade de (57) não apela propriamente à experiência. A justificação de (57) segue-se do modo como se fixa (ou se fixava há alguns anos²) a unidade de medida do sistema métrico decimal. Por outro lado, a unidade de medida em causa é uma longitude. Uma longitude é um *tipo*, repetidamente exemplificado por coisas concretas, como a parte indicada do meridiano terrestre que passa por Paris. Não é uma propriedade essencial dessa longitude abstracta que coincida com a parte indicada do meridiano terrestre. Portanto, há mundos possíveis em que essa parte do meridiano terrestre poderia ter uma longitude diferente daquela que de facto tem, pelo que (57) é apenas contingentemente verdadeira. Se tomamos a décima milionésima parte de um meridiano terrestre como padrão de medida é porque acreditamos razoavelmente que tem uma longitude estável. Mas uma longitude estável pode todavia ser contingente, isto é, não é essencial aos meridianos da Terra que tenham a longitude que de facto têm. A Terra poderia ter sido, afinal de contas, maior ou mais pequena do que na realidade é.

As modalidades epistémicas, portanto, não coincidem exactamente com as modalidades metafísicas. Parece haver verdades necessárias que não podem ser conhecidas *a priori*, e verdades conhecidas *a priori* que são contingentes.

Além de ter acrescentado os conceitos de *verdade conhecida a priori* e *verdade conhecida a posteriori*, Kant introduziu ainda os conceitos de *verdade analítica* e *verdade sintética*. Estes conceitos correspondem a modalidades semânticas porque dependem do significado. Eis dois exemplos de verdades analíticas dados por Kant:

(58) Qualquer solteiro é uma pessoa.

(59) Todos os corpos são extensos.

² Por exemplo, hoje em dia diz-se que o metro corresponde ao espaço linear percorrido pela luz no vácuo durante um intervalo de tempo correspondente a $1/299.792.458$ de segundo.

Segundo Kant, uma *verdade analítica* é uma afirmação cujo termo-predicado está contido no termo-sujeito. Esta definição requer que as afirmações como (58) ou (59) constem de um termo predicado («pessoa», «extenso») e um termo sujeito («solteiro», «corpo») e que o significado do termo sujeito possa ser dado por meio de uma análise, ou decomposição, numa série de outros termos, os aspectos característicos que definem aquilo a que se aplica («solteiro»: «pessoa», «não-casada»; «corpo»: «objecto-material», «extenso»). A proposta é que numa verdade analítica encontraremos o termo-predicado entre os aspectos característicos do termo-sujeito. (58) e (59) seriam assim exemplos de verdades analíticas. Já (60) e (61) seriam exemplos de verdades sintéticas:

- (60) Qualquer corpo tem a capacidade de exercer uma força atractiva sobre outros corpos.
 (61) Todos os solteiros têm fígado.

Kant dizia que, se bem que a verdade de todas as afirmações analíticas seja conhecida a priori, há afirmações conhecidas a priori que são sintéticas, como seriam (60)-(61).

Segundo Frege, existe uma distinção intuitiva entre os enunciados sintéticos e os analíticos, a qual Kant tentou capturar inadequadamente com a sua proposta. A definição de Kant não permite classificar como analíticas as afirmações como (53) «Quando assassinaram César, ou bem que nevava ou não nevava em Roma». Não porque (53) não contenha um termo-sujeito ou um termo-predicado. (62) é um sinónimo de (53) que contém um termo sujeito («Roma») e um termo predicado (que inicia com «tal que...»). O problema é que analisando o sujeito não encontramos o termo predicado:

- (62) Roma é tal que ou bem que nevava ou bem que não nevava nela quando assassinaram César.

Para lidar com este problema, Frege propôs uma definição alternativa para as modalidades semânticas mais inclusiva do que a de Kant, e que desse conta também de (54). Segundo Frege, uma *verdade analítica* é uma afirmação que ou é logicamente verdadeira, ou pode converter-se numa verdade lógica substituindo termos que possuem uma definição pelos termos que os definem. Assim, (53) é uma verdade analítica porque é uma verdade lógica. (58) e (59) são verdades analíticas porque podem converter-se em verdades lógicas substituindo o termo-sujeito pelas suas definições, respectivamente, «pessoa não-casada» e «objecto material extenso».

Por meio desta definição, Frege formulou o seu programa logicista, cujo objectivo era mostrar que as verdades aritméticas são, contra o que Kant defendia, ver-

dades analíticas. Frege concede a Kant que a geometria consiste em verdades sintéticas conhecidas *a priori* (como (55)), mas questiona que o mesmo seja verdade sobre a aritmética, e dedicou uma boa parte da sua vida a tentar demonstrá-lo. Os resultados desse projecto, que acabou por fracassar, são as suas principais obras: *Begriffsschrift* (1879), *Die Grundlagen der Arithmetik* (1884) e *Grundgesetze der Arithmetik I* (1903).

2.3. O sentido e a referência dos termos singulares

Segundo o Princípio da Composicionalidade de Frege, uma oração tem uma forma lógica que é determinada pelas suas características sintácticas (que unidades lexicais compõem a frase, e que construções sintácticas complexas podem ser construídas a partir delas), elas mesmas com significado. O significado de uma frase é determinado a partir do significado das suas partes.

Para Frege, um tipo de expressão que forma distintamente parte da forma lógica de frases é a categoria a que ele chama «nomes próprios». Esta categoria fregeana não inclui apenas o que, no sentido corrente, consideramos serem nomes próprios («Fernando Pessoa», «Luís Vaz de Camões», «Vénus», «Fósforo», «Véspero»), mas também indexicais («esta árvore», «eu», «ela», «aqui», «ontem») e descrições definidas («o inventor do fecho-de-correr», «a mãe de Cesarion»). Reservaremos «nome próprio» para a sua acepção comum, e usaremos «termo singular» para o sentido que Frege dá a «nomes próprios». O agrupamento dos termos singulares na mesma categoria indica que a sua contribuição semântica para o significado das frases em que aparecem é semelhante.

De acordo com Princípio do Contexto de Frege, o significado das partes de uma frase que compõem a sua forma lógica deve ser visto em termos da sua contribuição para o significado dessas frases, e, juntamente com outras partes componentes, da sua contribuição para formas sintacticamente legítimas. Por conseguinte, para determinar o significado dos nomes próprios fregeanos, devemos perguntar pela sua contribuição para as frases em que figuram. Por outras palavras, devemos perguntar pela caracterização da proposição que expressam, ou pelo seu verofactor, e pelo conjunto dos mundos possíveis que são compatíveis com a sua verdade. Para tal podemos considerar as nossas intuições sobre alguns exemplos:

- (63) Fernando Pessoa escrevia poesia.
- (64) Fernando Pessoa estudou no liceu de Durban.
- (65) Fernando Pessoa foi condecorado por Salazar.

Como falantes competentes de português, compreendemos estas frases, isto é, sabemos que proposição expressam, que verofactor (existente ou não) as torna-

ria verdadeiras, etc. O significado de «Fernando Pessoa» (como o das outras expressões da mesma categoria de nomes próprios) consiste, segundo Frege, na sua contribuição para a proposição expressa numa frase em que o nome ocorre. Qual é, então, o significado de «Fernando Pessoa»?

A resposta mais imediata é que o significado de «Fernando Pessoa» é apenas um certo indivíduo. O que aparentemente têm em comum todas as frases como (63)-(65) é que todas nos dizem algo sobre esse indivíduo. Algumas são verdadeiras, outras são falsas. O que determina se são verdadeiras ou falsas são os factos sobre tal indivíduo, o que ele fez realmente ou que realmente lhe sucedeu. Os mundos possíveis que são seleccionados por (63)-(65) têm em comum acontecimentos que envolvem uma certa pessoa, entre os quais coisas que talvez não tenham sucedido realmente (como em (65)). De forma geral, o significado de um nome próprio parece ser, à luz das nossas intuições como falantes competentes, um objecto extra-linguístico. Frege chama *referência* à relação semântica entre um nome próprio e um objecto, ilustrada no caso «Fernando Pessoa», e chama *referente* ao indivíduo referido.

Uma teoria simples do significado, a que podemos chamar *teoria «Bóbi»-Bóbi*³, mantém que, para o caso particular dos nomes próprios, significar reduz-se a referir: de um lado está o nome «Bóbi» e do outro o cão, o Bóbi, que é o que o nome significa; *significar* consiste no facto de o nome fazer as vezes do referente, i.e., estar em seu lugar. De forma geral, a teoria «Bóbi»-Bóbi defende que todas as unidades lexicais significam desta forma; para identificar o significado é suficiente caracterizar apropriadamente os objectos significados.

A tese principal de Frege sobre o significado em geral e sobre os nomes próprios em particular contradiz a teoria «Bóbi»-Bóbi. Segundo Frege, não se pode falar sobre o significado de um nome, porque os nomes próprios têm (pelo menos) dois aspectos semânticos, dois tipos de significado, o *sentido* e a *referência*.⁴

O termo singular «a estrela da tarde» usa-se para designar um corpo celeste, visível em alguns dias do ano ao pôr-do-sol a poente. «Véspero» é um nome próprio que significa precisamente, pela sua etimologia, a estrela da tarde. O termo singular «a estrela da manhã» usa-se para designar um corpo celeste visível a certos dias do ano ao nascer do sol a oriente. «Fósforo» é um nome próprio que, pela sua etimologia, significa a estrela da manhã. O referente de «a estrela da manhã»,

³ Em inglês, «*Fido*»-*Fido*, uma designação para estas teorias usada pelo filósofo Stephen Schiffer.

⁴ Convém advertir que Frege usa o termo alemão «*Bedeutung*» para o que aqui chamamos «referência» e «referente», cujo significado é, simplesmente, *significado*. A convenção é traduzir «referência» (e em inglês por «reference»). Perde-se assim a relação entre o ponto de vista de Frege e a teoria «Bóbi»-Bóbi pelo menos no que diz respeito ao facto de que a relação semântica entre «Fernando Pessoa» e um certo indivíduo ser suficientemente importante do ponto de vista linguístico para justificar chamar-se «significado».

«Fósforo», «a estrela da tarde» e «Véspero» é na realidade o mesmo corpo celeste, o planeta Vénus. Este facto foi uma importante descoberta astronómica. Assim, as quatro frases que se seguem são todas verdadeiras:

- (66) Véspero é visível ao entardecer.
- (67) Fósforo é visível ao entardecer.
- (68) Véspero é Véspero.
- (69) Fósforo é Véspero.

Explicámos acima que uma proposição é parte do significado de (um uso de) uma frase, e explicou-se a relação constitutiva entre proposição, verdade e modalidade. Se duas afirmações expressam a mesma proposição, então têm o mesmo verofactor, i.e., o mesmo estado de coisas no mundo, a existir, confere-lhes o carácter de serem verdadeiras. A classe de mundos possíveis que seleccionam coincide.

Outro aspecto do significado de (um uso de) uma frase consiste no seu potencial informativo. Em geral, quando um falante usa uma frase para fazer uma afirmação, expressa pela sua afirmação o conhecimento que possui, de tal forma que possibilita aos demais a aquisição desse conhecimento. Duas afirmações diferentes que expressem a mesma proposição são assim igualmente informativas para uma pessoa que domine a língua em que as afirmações são feitas. Chama-se «valor cognitivo» ao potencial de uma afirmação para transmitir conhecimento. Podemos assim enunciar um novo critério constitutivo da noção de proposição, a que chamaremos o *critério de Frege*, CF:

CF: Se duas afirmações não têm o mesmo valor cognitivo para um falante competente, então não significam a mesma proposição.

(66) e (68) não têm qualquer valor cognitivo. Parece razoável considerá-las verdades analíticas, uma vez que para sabermos que são verdadeiras (pelo menos supondo a existência do referente) basta sabermos a definição dos termos empregues e lógica elementar. Assim, conhecemos (66) e (68) *a priori*. Em geral, para que uma frase declarativa possa transmitir-nos informação, devemos ser falantes competentes da língua na qual a frase usada está formulada. Se expressarmos pelo uso de uma frase declarativa parte do conhecimento que é necessário para compreender algum dos termos que a formam, a frase declarativa no seu todo carecerá de valor cognitivo: o que é dito com essa frase será conhecido por qualquer pessoa que seja capaz de a compreender. Parece ser nisto que se baseia a ideia de analiticidade, que Kant e Frege tentaram capturar por meio das definições acima expostas.

Os exemplos em (67) e (69), contudo, podem perfeitamente ter valor cognitivo para um falante competente, e não podem portanto ser verdades analíticas,

nem se pode justificar *a priori* a sua verdade (inclusive se assumirmos que o referente do termo existe). Portanto, por CF, o critério de Frege, (66), «Fósforo é visível ao entardecer» não expressa a mesma proposição que (68), «Véspero é visível ao entardecer». E (68), «Fósforo é Véspero», não expressa a mesma proposição que (69), «Véspero é Véspero». Todavia, (66) e (67) diferem apenas no que diz respeito aos termos singulares que neles ocorrem, termos esses que têm o mesmo referente, e o mesmo sucede com (68) e (69). Onde uns têm «Véspero» (ou «a estrela da tarde»), os outros têm «Fósforo» (ou «a estrela da manhã»). Segue-se pelo critério de Frege CF, e pelo Princípio da Composicionalidade, que a referência não esgota o significado dos termos singulares.

As premissas deste argumento poderiam ser tornadas explícitas deste modo:

- (i) (66) e (67) não expressam a mesma proposição (Justificação: CF).
- (ii) Os termos singulares em (66) e (67) têm a mesma referência (Justificação: da secção anterior).
- (iii) Se a referência de um termo esgotasse o seu significado, (66) e (67) expressariam a mesma proposição (Justificação: Princípio da Composicionalidade).

Portanto, a referência não esgota o significado dos termos singulares. Ainda que o argumento de Frege tenha sido ilustrado por meio de exemplos concretos, o argumento parece ter uma aplicação geral. Frege só considera exemplos de afirmações de identidade. Aqui usámos exemplos de outro tipo de frases para mostrar que o argumento não depende da noção de identidade. Parece também que o argumento não depende dos termos particulares usados, como se torna evidente com os exemplos que se seguem:

- (70) O autor do *Tractatus* escreveu o *Tractatus*.
- (71) Wittgenstein escreveu o *Tractatus*.
- (72) Mark Twain chama-se «Mark Twain».
- (73) Mark Twain chama-se «Samuel Langhorne Clemens».

Como qualquer outro argumento, o de Frege pode ser questionado objectando a alguma das suas premissas (a validade lógica do argumento não está em causa). Como veremos mais adiante, o partidário mais conhecido da teoria «Bóbi»-Bóbi rejeita a premissa (ii). Outra hipótese, que se tornou relativamente popular, consiste em questionar CF e, assim, a premissa (i). Veremos mais adiante uma versão desta opção.

2.4 A noção fregeana de sentido

A conclusão do argumento de Frege é que os termos singulares têm dois tipos de significado. O referente é um dos aspectos do significado, aquilo que é comum a «Véspero» e a «Fósforo». Mas estes termos diferem no que diz respeito ao outro aspecto do seu significado, porque têm um aspecto semântico adicional. Frege (que chamava «Bedeutung», i.e., *significado*, à referência) chama «Sinn», *sentido*, a este aspecto semântico adicional, e é no que diz respeito a este aspecto que os termos indicados diferem semanticamente.

Frege dá-nos algumas indicações sobre a natureza do sentido. A primeira está implícita no argumento anterior: *se* a substituição de um termo singular por outro numa frase declarativa não altera o valor cognitivo da frase, então os dois termos têm o mesmo sentido. «Véspero» e «a estrela da tarde» seriam exemplos de dois termos singulares com o mesmo sentido. A segunda indicação de Frege é que *os sentidos são intersubjectivos*, i.e., são entidades acessíveis a diferentes pessoas.

Frege expressa esta ideia por meio da analogia de um telescópio dirigido a um corpo celeste: podemos distinguir entre o objecto (que desempenharia na analogia o papel do referente), a imagem reflectida no telescópio, e a experiência mental de quem contempla. O sentido é, segundo Frege, como a imagem na lente, e não como a experiência mental; a primeira é acessível a diferentes pessoas, enquanto que a segunda é inteiramente privada.

A terceira indicação dada por Frege relaciona o sentido com a referência: o sentido *determina* a referência. Há diversas maneiras de interpretar o que Frege quer dizer com isto. Mas aceita-se sempre que *a correspondência entre o sentido e a referência não é apenas uma relação*, mas sim *uma função*: ainda que dois sentidos diferentes (os de «Véspero» e «Fósforo») possam *corresponder a* uma única referência, a um mesmo sentido não *lhe* podem *corresponder* duas referências diferentes. Se dois termos distintos («Véspero» e «a estrela da tarde») têm o mesmo sentido, então têm também a mesma referência.

A teoria de Frege pode resumir-se deste modo: entender um termo singular consiste em saber o que esse termo significa, e portanto requer conhecer o referente do termo. É necessário dizer algo mais sobre que tipo de conhecimento está em causa quando falamos sobre o conhecimento do referente. Os referentes dos termos singulares conhecem-se graças ao conhecimento que se possui do sentido que os individualiza. É assim possível que dois termos singulares, tais como «Véspero» e «Fósforo» tenham o mesmo referente, mas que não se entenda o mesmo quando se compreendem os nomes. Ao entender-se um termo singular individualiza-se o seu referente pelo sentido *corpo celeste visível durante alguns dias do ano a ocidente ao pôr-do-sol*, e ao entender-se o outro nome individualiza-se o seu referente pelo sentido *corpo celeste visível durante alguns dias do ano a oriente ao nascer do*

sol. As frases declarativas resultantes de substituir um nome por outro terão, assim, um valor cognitivo distinto, e portanto expressarão proposições diferentes.

3. Russell

Frege classificava na mesma família semântica (a dos termos singulares) nomes próprios como «Véspero» ou «Fernando Pessoa», indexicais como «aqui», «eu», «ontem», e descrições definidas como «o inventor do fecho-de-correr». O papel desempenhado por estas expressões na forma lógica de uma frase declarativa em que figure é, segundo Frege, semanticamente idêntico: consiste em referir um objecto. Sob este pressuposto, Frege argumenta que o papel semântico dos termos singulares não se reduz a referir um objecto, consiste também em expressar um sentido, o qual determina o referente. Portanto, a teoria «Bóbi»-Bóbi é falsa.

A teoria das descrições forma parte de uma estratégia argumentativa formulada por Russell que tem como finalidade defender a teoria «Bóbi»-Bóbi. Esta teoria rejeita em geral a classificação fregeana que inclui as descrições na categoria dos nomes próprios e dos indexicais. Esta taxonomia não é correcta no que diz respeito ao que Russell chama *nomes logicamente próprios*. Segundo Russell, o papel desempenhado por uma descrição na forma lógica de uma frase declarativa em que figura não é o mesmo que o papel desempenhado por um nome logicamente próprio. A única função destes nomes, em consonância com a teoria «Bóbi»-Bóbi, é a de referir objectos particulares. Por conseguinte, os nomes logicamente próprios são unidades com significado. As descrições definidas, contudo, não são unidades com significado, nem têm como função semântica contribuir um objecto para a proposição expressa. A sua função é análoga à das expressões de quantificação, como por exemplo «todos os homens», «algum escritor», «a maioria dos atletas», etc.

Na estrutura sintáctica *superficial* de uma frase, as expressões de quantificação são sintacticamente análogas aos nomes logicamente próprios, ocupando a mesma posição que pode ser ocupada por estes. A forma lógica que corresponde às frases em questão, contudo, é muito distinta, pois as expressões de quantificação não desempenham o mesmo papel sintáctico que é desempenhado pelos nomes. Um exemplo muito conhecido encontra-se no livro de Lewis Carroll, *Alice do Outro Lado do Espelho*, onde Alice diz ao Rei: «Ninguém à vista!», ao que o rei lhe responde: «Quisera ter tão boa vista como tu! Conseguir ver Ninguém, e a esta distância!» O que é cómico neste caso – que se confunda «ninguém» (uma expressão de quantificação) com um nome próprio de um indivíduo – resulta da exploração da diferença sintáctica e semântica que realmente existe entre um nome próprio e uma expressão de quantificação, e a sua semelhança superficial (esta diferença foi explorada também por Gil Vicente quando escreveu sobre Todo o Mundo e Ninguém). A teoria das descrições mantém que a mesma diferença existe no caso das descrições, e especifica o seu comportamento semântico.

3.1. *Descrições indefinidas e descrições definidas*

Em várias apresentações introdutórias, Russell considera o caso das descrições indefinidas, compostas de um artigo indefinido, «um» ou «uma», e um sintagma nominal e compara-as com as descrições definidas. Como acontece com as descrições definidas, as descrições indefinidas podem ocupar na estrutura sintáctica superficial das frases declarativas a mesma posição que os nomes próprios ocupam. Como é mais fácil convencer-mos de que a tese de Russell é correcta no caso das descrições indefinidas que no caso das definidas, começamos também pelas descrições indefinidas. Consideremos:

(74) Um colega da faculdade veio ver-me hoje; ele queria pedir-me um favor.

A expressão (elíptica) sublinhada é um pronome *anafórico*, ou seja, é um pronome que obtém o seu referente de uma outra expressão que foi usada antes, o seu *antecedente*. Como veremos, esse pronome não é um nome logicamente próprio. Mas as razões pelas quais não o é aqui não são relevantes. O antecedente do pronome anafórico sublinhado em (74) é a descrição definida «um colega da faculdade». Como os pronomes são expressões puramente referenciais, e como neste caso o pronome é anafórico, a sua referência é obtida do seu antecedente. Poderíamos concluir que descrições definidas como «um colega da faculdade» são também expressões referenciais, cuja função semântica consiste em designar um objecto. É fácil construir exemplos semelhantes com descrições definidas.

Factos deste tipo, que no caso das descrições definidas estão na base do que Russell considera ser uma confusão taxonómica da parte de Frege, requerem uma explicação. Mais adiante consideramos uma explicação possível. Há boas razões para não incluir as descrições definidas em geral na categoria das expressões referenciais. Consideremos algumas das consequências semânticas de uma frase declarativa incluir um nome logicamente próprio, como (75) e (76):

(75) Barack Obama recebeu o prémio Nobel da Paz em 2009.

(76) Barack Obama recebeu o prémio Nobel da Paz em 2009 e Barack Obama não recebeu o prémio Nobel da Paz em 2009.

Uma frase declarativa significa de forma composicional uma proposição, a qual especifica as suas condições de verdade, o estado de coisas verofactor da frase, e um conjunto de mundos possíveis onde esta seria verdadeira. Dizer que «Barack Obama» é um termo singular é dizer que a sua função semântica na determinação da proposição expressa consiste na sua contribuição de um objecto, neste caso uma pessoa, para a proposição em questão.

Suponhamos que «recebeu o prémio Nobel da Paz em 2009» significa uma propriedade que indivíduos como Barack Obama podem ou não ter. Neste caso, em todos os mundos possíveis seleccionados pela proposição expressa por (75), uma mesma pessoa, Barack Obama, tem essa propriedade. Os mundos possíveis em questão podem distinguir-se em inúmeros outros aspectos, por exemplo, o número de cabelos brancos que Barack Obama tem, a roupa por ele usada no dia em que recebeu o prémio, que outras pessoas além dele foram nomeadas, etc. A classe de mundos possíveis seleccionada por «Barack Obama não recebeu o prémio Nobel da Paz em 2009» é uma classe complementar da anterior, e a classe de mundos seleccionada pela conjunção das duas proposições é a intersecção das classes de mundos que são seleccionadas por cada proposição, e essa intersecção é vazia. Explica-se assim que (76) seja falsa em todos os mundos possíveis. Ora bem, consideremos agora estas frases:

- (77) Um político americano ganhou o prémio Nobel da Paz em 2009.
 (78) Um político americano ganhou o prémio Nobel da Paz em 2009, e um político americano não ganhou o prémio Nobel da Paz em 2009.

A frase (78) é possivelmente verdadeira, e «um político americano» significa o mesmo nas orações unidas pela conjunção, tal como «Barack Obama» significa o mesmo nas duas frases unidas pela conjunção em (76). A explicação de obtermos agora uma proposição compatível com alguns mundos possíveis, i.e., possivelmente verdadeira, é que «um político americano» não refere um indivíduo. «Barack Obama» é um elemento atómico na construção da proposição expressa por (76), e isso torna evidente que em todos os mundos possíveis compatíveis com a verdade de (76) o termo singular «Barack Obama» corresponde à mesma pessoa. Se pensarmos nos mundos possíveis compatíveis com a verdade de (77), contudo, vemos que diferentes políticos americanos poderiam contribuir para a verdade de (77). Poderíamos inclusive pensar em mundos possíveis nos quais dois políticos americanos ganham *ex aequo* o Nobel da Paz em 2009, e qualquer deles poderia ser «a» entidade que corresponde a «um político americano». Segue-se, portanto, que a forma lógica de (77) e a de (76) são muito diferentes.

Se recorrermos à lógica de primeira ordem para representar a forma lógica das frases acima (onde N significa *recebeu o Nobel da Paz em 2009* e P significa *ser um político americano*, e a significa Barack Obama), obtemos:

FL(75)	Na
FL(76)	$Na \wedge \neg Na$
FL(77)	$\exists x (Nx \wedge Px)$
FL(78)	$\exists x (Px \wedge Nx) \wedge \exists x (Px \wedge \neg Nx)$

Para representar a forma lógica de uma frase da linguagem natural recorremos a uma linguagem formal, com uma sintaxe e uma semântica explicitamente estipuladas. Esta prática segue o método científico geral: para caracterizar fenómenos complexos, recorre-se ao procedimento de abstrair ou separar os aspectos que se consideram irrelevantes para aquilo que se pretende explicar, e em resultado disso descrevem-se modelos que se afastam assim da realidade em toda a sua complexidade, mas que permitem compreender mais claramente aqueles seus aspectos que queremos explicar.

Assim, por exemplo, a negação expressa-se nas línguas naturais de formas distintas (em português, com prefixos negativos como «in», advérbios como «não», ou construções como «não é o caso que») e isso tem consequências sintácticas importantes. Mas para considerarmos a forma lógica da negação de uma frase é razoável abstrairmos dessa complexidade. Um recurso conveniente para tal é representar uniformemente uma frase negativa estabelecendo uma correspondência com a linguagem da lógica de primeira ordem na qual a negação se representa uniformemente mediante o símbolo \neg .

Naturalmente, para que o procedimento seja aceitável é essencial que os aspectos do modelo abstracto reflectam fielmente os aspectos relevantes da realidade a representar. Deste ponto de vista, é duvidoso que a formalização da lógica de primeira ordem seja um bom procedimento para representar a forma lógica das frases da linguagem natural (por exemplo, em FL(78) aparecem conjunções que não apareciam em (78)). Para os nossos objectivos, contudo, é conveniente usar as fórmulas mais familiares da lógica de primeira ordem, mas convém ter em mente esta questão, uma vez que, especialmente no caso das descrições definidas, a representação da forma lógica correspondente na lógica de primeira ordem induziu Russell a extrair a consequência de que existe uma maior disparidade do que é razoável supor entre a forma lógica de uma frase e a sua estrutura sintáctica superficial.

As diferenças entre FL(76) e FL (78) capturam adequadamente as diferenças semânticas que salientámos entre (76) e (78). Em FL (76), a expressão correspondente a «Barack Obama» é uma constante, uma unidade de significado cuja função é designar um objecto. É por isso que (76) é contraditória. Em (78), todavia, não existe uma única pessoa que corresponda a «um político americano». Antes, Px e o quantificador existencial partilham o papel de formalizar a descrição indefinida. É por isso que (78) não é uma contradição. Poderíamos dizer que a função semântica de uma expressão de quantificação é a de significar uma relação entre predicados. No caso de «um», que a intersecção das suas extensões não é vazia. Em todos os mundos possíveis compatíveis com a verdade de $um P \text{ é } Q$, a intersecção da classe das coisas a que se aplica P e a classe das coisas a que se aplica Q não é vazia. É esta condição que o artigo indefinido «um» (ou «uma») contribui para uma frase. A contribuição de «todos» em *todos os P são Q* é a de que a classe das coisas a que

se aplica P está incluída na classe das coisas a que se aplica Q . A expressão «um P », por conseguinte, não tem como objectivo referir-se a um objecto.

Que dizer então sobre (74)? Segundo Paul Grice, há uma diferença (em muitos casos óbvia) entre o que as palavras significam na linguagem e o que os falantes querem dizer com elas. Assim, ainda que a oração portuguesa «Jorge é bom amigo» signifique em português que Jorge é um bom amigo, num contexto apropriado um falante pode querer transmitir por meio desta oração o significado de que Jorge é muito mau amigo, porque o falante está a ser irónico. Segundo Grice, esta discrepância existe também em casos menos óbvios. Por exemplo, quando afirmamos uma conjunção p e q esta é equivalente a uma afirmação de q e p , isto é, a ordem dos conjuntos é comutável. Contudo, normalmente não entendemos o mesmo se alguém nos diz «A Maria casou-se e engravidou» ou se nos diz «a Maria engravidou e casou-se». Segundo Grice, este fenómeno concerne também ao que os falantes querem comunicar, e não ao que as palavras (neste caso a conjunção «e») significam.

A teoria de Russell pode assim ser defendida de exemplos como (74) nestes termos. As descrições indefinidas comportam-se sempre na linguagem como as descrevemos antes, e isso inclui casos como (74). Mas num contexto em que profere (74), o falante deixa claro que quer dizer, por meio do seu uso de «um colega da faculdade», o que diz convencionalmente ao utilizar um nome próprio do dito colega isto é, significa uma proposição com a forma lógica de FL(75), apesar de na sua linguagem as palavras que usa não terem esse significado. O contexto pode tornar claro que não usa um termo referencial porque não acredita que a audiência conheça pelo nome a pessoa de quem deseja falar, ou porque é preferível manter a identidade da pessoa incógnita, etc.

Podemos agora formular a tese central da teoria das descrições, limitando-nos, para simplificar as coisas, aos casos mais elementares. De forma análoga ao que sucede nas frases que contêm descrições indefinidas, as frases que contêm descrições definidas, como (79), não têm a mesma forma lógica que uma frase com um nome próprio. Recorrendo novamente à formalização na linguagem da lógica de primeira ordem, a forma lógica de (79) é adequadamente representada em FL(79) (onde A significa ser presidente dos Estados Unidos da América e N o mesmo que antes) e não em FL(75):

(79) O presidente dos Estados Unidos da América recebeu o prémio Nobel da Paz em 2009.

$$\text{FL}(79) \exists x (Ax \wedge \forall y (Ay \rightarrow x = y) \wedge Nx)$$

A frase (79) é, portanto, equivalente a: existe pelo menos um presidente dos Estados Unidos da América, não mais que um, e tal pessoa recebeu o prémio Nobel da Paz em 2009. Nos termos usados antes, a proposta feita é que «o» em «o A é N »

significa também uma relação entre as classes indicadas pelos predicados *A* e *N*. Neste caso, a relação consiste em que a classe significada por *A* aplica-se a um único objecto, o qual está incluído na classe significada por *N*.

3.2. Contextos indirectos e a teoria das descrições definidas de Russell

No seu artigo clássico «On Denoting» de 1905, Russell oferece como argumento a favor da sua teoria das descrições definidas três quebra-cabeças que a sua teoria, segundo ele, pode resolver. Esta motivação não difere muito daquela oferecida a favor da teoria do significado de Frege, segundo a qual os termos singulares têm sentido e referência. Contudo, as razões de Russell são avançadas para defender a tese oposta à que Frege quer defender, a saber, a teoria de que o significado dos termos *genuinamente* singulares se reduz ao seu referente (a teoria «Bóbi»-Bóbi). Quando Russell dá estas razões, pensa ter refutado por meio de um argumento independente a teoria fregeana. Portanto, parece-lhe legítimo defender a sua teoria argumentando que é a única explicação aceitável dos mesmos factos supostamente explicados pela teoria de Frege.

A primeira razão oferecida por Russell a favor da sua teoria é que esta permite explicar os dados sobre contextos indirectos. Assim, (80) e (81) não atribuem a Jorge IV atitudes sobre a mesma proposição, pois, de outro modo (80) e (81) teriam as mesmas condições de verdade. Mas não podem ter as mesmas condições de verdade porque uma é verdadeira, e a outra é falsa.

(80) Jorge IV queria saber se Scott escreveu *Waverley*.

(81) Jorge IV queria saber se o autor de *Waverley* escreveu *Waverley*.

A teoria das descrições definidas é compatível com este facto, pois, segundo a teoria, as proposições significadas por (82) e por (83) não são a mesma, ainda que «o autor de *Waverley*» denote Scott.

(82) Scott escreveu *Waverley*.

(83) O autor de *Waverley* escreveu *Waverley*.

As proposições significadas por (82) e por (83) não são a mesma porque, de acordo com a teoria russelliana das descrições, (82) e (83) têm formas lógicas muito diferentes. A primeira atribui uma propriedade (*ter escrito Waverley*) a um objecto (Scott) enquanto a segunda estabelece uma relação entre duas propriedades (*ser o autor de Waverley*, em primeiro lugar, e *ter escrito Waverley*, em segundo), a saber, a relação que obtém se a primeira propriedade se aplica a um e só um objecto, a segunda também se aplica a esse objecto. Dada a natureza distinta

de ambas as proposições, pode explicar-se que um indivíduo possa sentir curiosidade sobre a verdade da primeira proposição, mas não sobre a verdade da segunda.

Um problema óbvio desta explicação é que a dificuldade ilustrada em (80) e (81) é suscitada por frases que, ao contrário de (82) e (83), não contêm um nome e uma descrição definida, respectivamente, mas que contêm nomes próprios co-referenciais. Esta aparente limitação da explicação de Russell deve-se ao facto de estarmos a apresentar a teoria contrastando o modo como, segundo ele, funcionam as descrições definidas com o modo como funcionam os nomes próprios comuns. Mas segundo Russell o verdadeiro contraste dá-se entre a forma lógica de frases que contêm descrições definidas e a de frases que contêm *nomes logicamente próprios*. Para Russell, os nomes próprios ordinários são descrições disfarçadas. A diferença entre (82) e (83) não é uma diferença na forma lógica, mas sim uma diferença como a que existe entre (83) e, por exemplo, (84):

(84) O autor de *Ivanhoe* escreveu *Waverley*.

A frase (84) difere de (83) porque estabelece uma relação quantificada entre duas propriedades distintas daquela que é estabelecida por (83). Todavia, diferenças análogas às expostas a propósito de (82) e (83) existem nos casos em que, no lugar de «Scott», temos um nome logicamente próprio, e quando no lugar de «o autor de *Waverley*» temos uma descrição que designa o objecto significado pelo nome logicamente próprio. Mais adiante caracterizaremos os nomes logicamente próprios.

3.3. *Descrições definidas e diferenças de âmbito*

Este argumento apela a considerações análogas às já oferecidas a propósito das descrições indefinidas. Utilizam-se portanto exemplos semelhantes em (85) e (86):

(85) Barack Obama é americano.

(86) Ou Barack Obama é americano, ou Barack Obama não é americano.

A frase (86) é uma verdade necessária. Assumindo que a forma lógica de (86) é *Na*, a explicação aqui é semelhante à dada para que a frase (76) seja necessariamente falsa. Uma frase significa de forma composicional uma proposição, a qual especifica as suas condições de verdade, seleccionando um conjunto de mundos possíveis. Dizer que «Barack Obama» é um termo singular é dizer que a sua função semântica consiste em contribuir com um objecto para a proposição expressa.

Se supusermos que «é americano» significa uma propriedade que objectos como Barack Obama podem ou não ter, então em todos os mundos possíveis seleccionados pela proposição expressa em (85) uma mesma pessoa, Barack Obama, tem essa propriedade. Dado o significado da negação, a classe de mundos possíveis seleccionados por «Barack Obama não é americano» é complementar à anterior. Dado o significado da disjunção, a classe de mundos possíveis seleccionada pela disjunção das duas proposições, expressa em (86), é a união da classe dos mundos possíveis seleccionados por cada uma das proposições disjuntas, ou seja, (86) é verdadeira em qualquer mundo possível em que Barack Obama exista. Explica-se assim porque (86) significa uma proposição necessariamente verdadeira. Consideremos agora esta frase:

(87) Ou o actual rei de França é careca, ou o actual rei de França não é careca.

Há pelo menos um modo de entender (87) de tal forma que, tal como (86), a frase é necessariamente verdadeira: exemplifica, tal como (86), o princípio lógico do terceiro excluído. Contudo, sob o mesmo pressuposto de que «o actual rei de França» tem o mesmo significado nas suas duas ocorrências na frase, essa explicação aqui não nos serve. Como diz Russell (1905), «se enumerarmos as coisas que no mundo são carecas, e aquelas que o não são, não encontraremos entre elas o actual rei de França. Os hegelianos, com o seu gosto pela síntese, concluiriam certamente que estaria a usar uma peruca.»

Para apresentar a solução oferecida pela teoria das descrições para o puzzle actual, temos de introduzir uma distinção feita por Russell entre a ocorrência primária e a ocorrência secundária de uma descrição. Consideremos para isso uma frase como (88):

(88) Todos os médicos não dançaram.

A frase (88) é ambígua, porque pode entender-se como uma de duas proposições com condições de verdade distintas. Suponhamos que um dos médicos que compareceu na festa dançou, e que um outro não dançou. Será (88) verdadeira ou falsa? Depende de como interpretarmos a frase. Uma das interpretações é compatível com esta situação e a outra interpretação não o é. Este resultado não decorre de (88) conter uma palavra lexicalmente ambígua, como «banco» o é. Decorre, isso sim, de uma ambiguidade estrutural. A (88) correspondem duas formas lógicas distintas, que podem ser apresentadas em $FL_1(88)$ e $FL_2(88)$ (com M significando *ser médico* e D significando *dançou*):

$$\begin{array}{ll} FL_1(88) & \forall x (Mx \rightarrow \neg Dx) \\ FL_2(88) & \neg \forall x (Mx \rightarrow Dx) \end{array}$$

Na situação descrita, (88) seria falso se a entendêssemos com a primeira forma lógica: aí diz-se que qualquer pessoa que seja um médico (nessa festa) não dançou (na mesma festa). A frase é verdadeira com a interpretação dada na segunda forma lógica, pois aí nega-se precisamente que todos os médicos que compareceram à festa dançaram.

As relações sintácticas são determinadas por diferentes factores. Um desses factores é a relação hierárquica de *âmbito*. Algumas expressões figuram *sob o âmbito* de outras. Numa linguagem com uma sintaxe precisamente estipulada, como é o caso da lógica de primeira ordem, estas relações estão também definidas com precisão. Factos como a ambiguidade estrutural de (88) revelam que a forma lógica das frases da linguagem natural (que recolhem a informação sintáctica composicionalmente relevante) contém informação sobre as relações de âmbito. Ao representar a forma lógica de uma frase da linguagem natural por meio de uma fórmula da lógica de primeira ordem, atribuímos às frases da linguagem natural as relações de âmbito precisamente definidas na frase correspondente na lógica de primeira ordem.

Em $FL_1(88)$, a negação está sob o âmbito do quantificador universal. Em $FL_2(88)$ acontece precisamente o contrário, e é o quantificador universal que está sob o âmbito da negação. Assim, podemos explicar que as duas interpretações de (88) são diferentes da mesma forma que explicamos que «Pedro ama Inês» difere de «Inês ama Pedro». Estas frases compõem-se das mesmas unidades lexicais, com o mesmo significado, mas não estão relacionadas sintacticamente do mesmo modo na forma lógica correspondente de cada frase, o que significa que o significado global das frases, determinado composicionalmente pelo significado das unidades e pela sua articulação sintáctica semanticamente relevante, é diferente. O mesmo acontece com as formas lógicas correspondentes a (88). (89) é outra ilustração do mesmo fenómeno (onde E significa *ser estudante de filosofia*, F significa *ser filósofo*, e Axy significa x admira y).

(89) Todos os estudantes de filosofia admiram um filósofo.

$FL_1(89) \quad \forall x (Ex \rightarrow \exists y (Fy \wedge Axy))$.

$FL_2(89) \quad \exists y (Fy \wedge \forall x (Ex \rightarrow Axy))$

Se considerarmos uma situação possível na qual, entre os estudantes de filosofia em questão, uns admiram um filósofo, e outros admiram outro filósofo, (89) é verdadeira se se lhe atribui a forma lógica de $FL_1(89)$ e falsa se se lhe atribui a forma lógica de $FL_2(89)$. (Uma diz que se alguém é um estudante, então existe um filósofo tal que o estudante o admira; a segunda diz que existe um filósofo tal que qualquer estudante o admira).

Um *operador* é uma expressão cujas relações de âmbito com outras expressões na forma lógica de uma frase na qual aparece afectam o significado da frase, como

ocorre com «todos» e «não», em (88) e com «todos» e «um» em (89). Podemos dizer que se uma frase tem dois operadores, um tem uma *ocorrência secundária* se está sob o âmbito de outro, e este último tem uma *ocorrência primária*. No que diz respeito à leitura $FL_1(88)$, «não» tem uma ocorrência secundária, e «todos» ocorrência primária, e o contrário acontece em $FL_2(88)$. A distinção que Russell faz entre a ocorrência primária e a ocorrência secundária de um operador é portanto relativa à forma lógica da frase em que figura.

Mas esta distinção tem limites, pois há frases nas quais ocorrem mais de dois operadores onde é necessário distinguir mais relações de âmbito, como acontece com «*todos os estudantes de filosofia não admiram um filósofo*». Numa caracterização geral deste tipo de fenómeno, é razoável tomar como primitiva a noção de âmbito (como estamos a fazer), e explicar com esta noção a distinção de Russell entre ocorrência primária e ocorrência secundária como um caso particular de diferenças de âmbito.

De acordo com a teoria das descrições, «o» (ou «a») é uma expressão semanticamente análoga às expressões quantificadoras; como elas, é de esperar que seja um operador, e que apresente algum tipo de ambiguidade que se possa explicar por meio da distinção entre ocorrência primária e ocorrência secundária. Esta previsão da teoria de Russell confirma-se, e constitui uma das considerações mais significativas a seu favor. Por exemplo, (onde Pxy significa *x é pai de y*, C significa *ser criança* e F significa *falou*):

(90) O pai de cada criança falou.

$$FL_1(90) \quad \exists x (\forall y (Cy \rightarrow (Pxy \wedge \forall z (Pzy \rightarrow x = z))) \wedge Fx)$$

$$FL_2(90) \quad \forall y (Cy \rightarrow \exists x (Pxy \wedge \forall z (Pzy \rightarrow x = z) \wedge Fx))$$

Numa situação em que pelo menos duas crianças têm dois pais diferentes, e que falaram, (90) seria verdadeira com a forma lógica em $FL_2(90)$, e falsa com $FL_1(90)$. No primeiro caso, «o» tem ocorrência primária com respeito a «cada», e tem ocorrência secundária no segundo.

A solução do puzzle que examinávamos é um caso particular deste tipo, que pesa a favor da teoria de Russell. (91) tem uma única forma lógica relevante na teoria de Russell, mas (92) tem duas (onde agora R significa *ser actualmente rei de França* e C significa *ser careca*):

(91) O actual rei de França é careca.

$$FL(91) \quad \exists x ((Rx \wedge \forall y (Ry \rightarrow x = y)) \wedge Cx)$$

(92) O actual rei de França não é careca.

$$FL_1(92) \quad \exists x ((Rx \wedge \forall y (Ry \rightarrow x = y)) \wedge \neg Cx)$$

$$FL_2(92) \quad \neg \exists x ((Rx \wedge \forall y (Ry \rightarrow x = y)) \wedge Cx)$$

Numa situação em que não existe nenhum rei de França (como é o caso actualmente), ou numa situação em que há mais do que um rei de França, (92) seria falsa com a forma lógica $FL_1(92)$ (onde a descrição tem ocorrência primária relativamente à negação), da mesma forma que (91) seria falsa numa tal situação. Mas (92) seria verdadeira com a forma lógica $FL_2(92)$. $FL_1(92)$ é a interpretação mais natural de (92). Se usamos essa forma lógica na interpretação de (87) («Ou o actual rei de França é careca, ou o actual rei de França não é careca»), cada um dos disjuntos significará uma proposição falsa; a disjunção não pode portanto expressar, com esta leitura, uma proposição necessariamente verdadeira. A segunda é uma interpretação possível; com a segunda leitura, o segundo disjuncto de (87) expressa efectivamente a proposição complementar à expressa pelo primeiro disjuncto, e a disjunção é assim necessariamente verdadeira.

Esta é a solução de Russell para o puzzle: como propõe a sua teoria, as descrições podem ter ocorrências primárias ou ocorrências secundárias com respeito a outros operadores, como a negação. Quando compreendemos (87) de forma a parecer-nos necessariamente verdadeira, tacitamente atribuímos uma ocorrência secundária à descrição no segundo disjuncto. Com esta leitura, a frase exemplifica o princípio do terceiro excluído, apesar de a forma lógica da proposição afirmada num disjuncto e negada no outro disjuncto não ser *Ca*.

Como sucedia com o primeiro quebra-cabeças, à primeira vista parece que a solução de Russell não nos leva muito longe, porque podemos encontrar frases que apresentam dificuldades semelhantes e que não contêm descrições definidas, mas sim nomes próprios, por exemplo «Ou Vulcão é um planeta ou não o é». A resposta de Russell a esta objecção é aquela mencionada acima. Na medida em que a frase não é necessariamente verdadeira, porque contemplamos a possibilidade de «Vulcão» não existir, não interpretamos «Vulcão» como um nome logicamente próprio mas como uma descrição disfarçada. Desta forma, a resposta de Russell aplica-se também neste caso.

3.4. *Descrições que não denotam*

A terceira razão que Russell oferece a favor da teoria das descrições diz respeito a frases que contêm descrições que não denotam, como acontece em (93)

(93) Se Sérgio tem filhos, o filho mais velho de Sérgio chama-se «Sérgio».

(94) O maior número natural não existe.

Frases como (93) e (94) são frases com significado; enunciam condições de verdade, que se cumprem de facto no segundo caso, e talvez mesmo no primeiro. Ora, se as descrições que figuram nestas frases fossem nomes logicamente pró-

prios, o seu significado deveria ser um objecto. Uma vez que o objecto em questão não existe (como nos diz (94), correctamente), as frases deveriam estar em falta, porque não poderiam expressar uma proposição ao conter uma expressão sem significado. Este problema desaparece se adoptarmos a teoria das descrições. De acordo com a mesma, devemos atribuir duas formas lógicas distintas a (93), onde (*s* abrevia *Sérgio*, *F* abrevia ter filhos, *Ch* abrevia *chamar-se «Sérgio»* e *Mxy* abrevia *x é o filho mais velho de y*):

$$\begin{aligned} \text{FL}_1(93) & F(s) \rightarrow [\exists x (Mxs \wedge \forall y (Mys \rightarrow x = y) \wedge Chx)] \\ \text{FL}_2(93) & \exists x [(Mxs \wedge \forall y (Mys \rightarrow x = y)) \wedge (F(s) \rightarrow Chx)] \end{aligned}$$

No que diz respeito a $\text{FL}_1(93)$, a descrição tem em (93) ocorrência secundária relativamente à condicional (\rightarrow). Numa situação possível em que Sérgio não tem um filho mais velho, porque não tem nenhum filho, (93) é falsa se se lhe atribui a segunda forma lógica, mas verdadeira se se lhe atribui a primeira. A segunda forma constitui a leitura mais natural de casos estruturalmente semelhantes («Se o Sérgio faz os deveres, o seu professor ficará surpreendido»), mas a primeira (que é mais perspicuamente exposta pelo seu equivalente (95)) é a leitura mais natural neste caso:

(95) Se o Sérgio tem filhos, então tem um e não mais que um filho mais velho, e ele chama-se «Sérgio».

Com respeito a (94), há que dizer que, segundo Russell, a forma lógica de afirmações de existência de frases como (96) não é $\text{FL}_1(96)$ mas sim $\text{FL}_2(96)$ (*M* abrevia *ser o maior número natural* e *E* abrevia *existir*):

(96) O maior número natural existe.

$$\begin{aligned} \text{FL}_1(96) & \exists x [(Mx \wedge \forall y (My \rightarrow x = y)) \wedge Ex] \\ \text{FL}_2(96) & \exists x (Mx \wedge \forall y (My \rightarrow x = y)) \end{aligned}$$

Segundo Russell (e também outros filósofos como Frege e Kant), «existir» não é um verdadeiro predicado de objectos a que nos possamos referir com nomes logicamente próprios. O único significado que se deve atribuir a «existir» é aquele que já tem o quantificador existencial, o qual recolhe parte do conteúdo da descrição. Por esta razão, uma ambiguidade como a que representam as formas lógicas $\text{FL}_1(92)$ e $\text{FL}_2(92)$ não é possível no caso da negação de (96) ou de (94). A única leitura possível neste caso é $\text{FL}(94)$, que corresponde à negação de (96), e está informalmente em (97):

$$\text{FL}(94) \quad \neg \exists x (Mx \wedge \forall y (My \rightarrow x = y))$$

(97) Não é o caso que: existe pelo menos um, e não mais que um, maior número natural.

Como nos casos anteriores, os nome próprios comuns levantam o mesmo problema que as descrições, como se torna óbvio com (98) e (99):

(98) Se esse planeta existe, Vulcão tem uma massa inferior à de Marte.

(99) Vulcão não existe.

Do ponto de vista de Russell, isto não contradiz a sua teoria, mas revela que usamos os nomes próprios comuns como se fossem descrições disfarçadas. No caso dos nomes logicamente próprios, segundo Russell, incluir um nome que não tenha referente numa frase tem, isso sim, a consequência de que a frase toda fica desprovida de significado

3.5. Usos referenciais de descrições definidas

Tal como acontece com descrições indefinidas, usamos muitas vezes descrições definidas de modo referencial. Isto revela um dado já mencionado no caso das descrições indefinidas, a saber, que usamos pronomes anafóricos cujos antecedentes são descrições definidas, como acontece com (100). Também usamos descrições no lugar de expressões genuinamente referenciais, nomes próprios ou demonstrativos, por razões estilísticas, como em (101) ou para evitar apontar alguém, como em (102):

(100) A vizinha veio ver-me; ela queria pedir-me um favor.

(101) Wittgenstein escreveu a Russell; o autor do *Tractatus* queria esclarecer alguns pontos.

(102) O homem que bebe gin tónico anda com Zé.

Donnellan no seu artigo «Reference and Definite Descriptions», contra Russell, chama atenção para a existência de usos referenciais de descrições definidas como os apontados. Donnellan não nega que por vezes usamos as descrições definidas como Russell sugere. Donnellan chama a esse uso das descrições «uso atributivo». Uma vez que nesses casos a intenção dos falantes não é referir-se a um objecto por meio de uma descrição «o *P*» em frases da forma «o *P* é *Q*», mas antes expressar uma relação de quantificação entre as classes significadas pelos predicados *P* e *Q*, o falante poderia coerentemente acrescentar à descrição: *seja ele/a quem for*, por exemplo: Se o Sérgio tem filhos, o filho mais velho do Sérgio (*seja ele quem for*) chama-se «Sérgio». Da mesma forma, um ouvinte que compreende qual a

proposição que se quer expressar saberá que não é razoável exigir ao falante mais informação sobre o objecto quando este acabou de fazer um uso atributivo de uma descrição.

Nenhum destes dois critérios se aplica aos casos em (100)-(102) (devemos imaginar (102) a ser proferida numa festa em que um homem que parece estar a beber gin tónico é a pessoa de quem o locutor quer falar). A tese de Donnellan é que a teoria de Russell não se aplica aos *usos referenciais* das descrições, nas quais estas funcionariam como qualquer termo singular genuinamente referencial, contribuindo com um objecto para a proposição expressa.

A resposta típica dos partidários da teoria de Russell consiste em adoptar uma estratégia *a la* Grice, que já foi mencionada antes para o caso das descrições indefinidas. Efectivamente, no que diz respeito ao que *o falante quer dizer* por meio das descrições que figuram nos exemplos (100) a (102), a descrição funciona como um termo singular ou referencial. Isto é compatível com, no que concerne ao que de facto as palavras significam, todas as descrições funcionarem uniformemente como Donnellan concede que acontece nos usos atributivos, isto é, tal como Russell descreve.

3.6. *Nomes logicamente próprios*

Dissemos no início da exposição sobre Russell que a motivação para a teoria das descrições definidas era defender a teoria «Bóbi»-Bóbi do significado, face aos argumentos fregeanos a favor da tese de que todas as expressões têm pelos menos dois aspectos semânticos diferenciados, o sentido e a referência. Com essa finalidade, a teoria propõe excluir as descrições definidas da categoria fregeana de termos singulares. Ao contrário do que sucede com os termos singulares, as descrições não são unidades de significado na forma lógica correspondente das frases em que ocorrem, mas contribuem composicionalmente para a determinação da proposição expressa pelas frases em que figuram da mesma maneira que as expressões quantificadoras.

Contudo, sugerimos aqui que esta proposta, mesmo que seja correcta, não é suficiente para o objectivo de Russell, porque muitas expressões que não são descrições definidas, mas nomes próprios, criam os mesmos problemas. Foi por isso que Frege acreditou ser necessário distinguir as noções de sentido e de referência (e o mesmo se poderia ilustrar por meio de outros termos singulares como demonstrativos ou indexicais). Também indicámos o tipo de argumento que Russell dá a esta objecção: defender que é apenas na estrutura sintáctica superficial que as expressões em causa são termos singulares e que na forma lógica são, de facto, descrições. Os termos singulares que usamos mais frequentemente na linguagem comum são apenas aparentemente termos singulares, na realidade (na realidade

semântica que a forma lógica profunda captura e revela) são descrições disfarçadas.

A teoria das descrições levou Russell (e outros, por exemplo Wittgenstein no *Tractatus*, 4. 0031) à ideia de que, como se passa no mundo físico que conhecemos por meio dos sentidos, também no caso do mundo conceptual que conhecemos em parte graças à nossa capacidade de compreensão linguística, há uma disparidade significativa entre a aparência e a realidade, e portanto há lugar para levar a cabo o estudo científico da realidade oculta por trás da aparência. O recurso a fórmulas da lógica de primeira ordem para representar a forma lógica de frases da linguagem natural faz com que esta disparidade pareça muito maior do que na realidade é. Ainda que se dê o caso de que qualquer teoria semântica que aceite a teoria das descrições reconheça uma diferença significativa entre o modo pelo qual os termos genuinamente singulares, por um lado, e as descrições e outras expressões quantificadoras, por outro lado, contribuem para a construção de proposições, não é para tal necessário esquartejar a contribuição de *o P* numa frase da forma *o P é Q*, em: *há pelo menos um P, há no máximo um P, e qualquer coisa que seja P é Q*.

Seja como for, se os nomes próprios e indexicais que usamos quotidianamente não são nomes *logicamente* próprios, que expressões o são? A motivação da teoria de Russell impõe restrições a uma resposta aceitável. Se a teoria das descrições puder servir para uma teoria do significado, os nomes logicamente próprios devem ser expressões que não suscitem os problemas que motivam a distinção de Frege entre sentido e referência. Estes problemas são fundamentalmente dois: a diferença entre o valor cognitivo associado a nomes com o mesmo referente, e a falta de referente em nomes que têm significado. Como tal, os nomes logicamente próprios devem ter duas características: é impossível que um nome logicamente próprio tenha significado sem ter referente, e é impossível que dois nomes logicamente próprios tenham o mesmo referente, e tenham, contudo, valores cognitivos distintos (quer dizer, que apresentem o mesmo referente sob aspectos diferentes).

No caso de termos para objectos particulares, Russell concluiu que apenas palavras como «isto», proferido em casos muito especiais, e «eu» satisfazem as suas restrições. Os casos especiais em que «isto» é um genuíno nome logicamente próprio são aqueles em que usamos o termo para referir exemplares de componentes simples do conteúdo imediato da consciência, aos quais Russell se refere como «dados sensíveis» e outros filósofos denominam «ideias», «qualidades» ou «*qualia*»: exemplares de sensações internas (dores de dentes) ou externas (cores, formas), de emoções e sentimentos, etc. Dado que as entidades em questão são essencialmente conteúdos imediatos da consciência, parece razoável conceder a Russell que é impossível entender o uso de um demonstrativo «isto» com a intenção de referir uma dessas entidades sem que na realidade exista o seu referente numa sua ocasião de uso. Compreender o demonstrativo requer conhecer um exemplar sensível, estar consciente dele. Nesses casos, a consciência do objecto implica a sua existên-

cia. Por outro lado, dado que são exemplares das qualidades sensíveis nas quais se decompõem estados de consciência em geral complexos, também é razoável conceder a Russell que, nestes casos, não pode haver nomes diferentes (usos diferentes de «isto») com o mesmo referente e com diferente valor cognitivo. Ainda que estas duas características sejam em princípio questionáveis, para estas a teoria «Bóbi»-Bóbi é à primeira vista defensável: a distinção entre sentido e referência não parece ter relevância nestes casos. Não temos aqui espaço para desenvolver mais estes aspectos da filosofia de Russell, que são interessantes e têm consequências importantes para a sua filosofia da linguagem, mas pertencem já à epistemologia e à filosofia da mente.

4. Questões contemporâneas da teoria da referência

4.1. *O descritivismo de Frege e de Russell*

A concepção da linguagem de Frege e a de Russell diferem muito entre si. No que concerne unidades lexicais últimas – em especial no que diz respeito àquelas que são termos singulares genuínos, os nomes logicamente próprios – Russell adopta a teoria «Bóbi»-Bóbi defendida antes dele por John Stuart Mill. Segundo Mill (1872), um nome próprio mais não é do que uma marca sem significado que conectamos mentalmente com a ideia de um objecto. Um nome próprio aplica-se a um objecto independentemente de qualquer atributo que tenha, com a finalidade de permitir a esse objecto ser o tema de discurso.

Quando a concepção milliana é aplicada aos nomes próprios da linguagem comum, sem mais, parece ser incapaz de acomodar factos tais como as diferenças em valor cognitivo de nomes co-referenciais, ou o significado de nomes desprovidos de referente. Estando consciente destes problemas, Russell propõe que os nomes logicamente próprios só podem designar entidades como os dados dos sentidos, exemplares de qualidades simples dos quais estamos imediatamente conscientes. Só podemos referir com um nome logicamente próprio algo que conhecemos directamente – algo com o qual temos contacto directo. Segundo Russell, mesmo quando pensamos estar a falar de planetas ou de outras pessoas, na realidade estamos a mencionar dados sensíveis, as suas propriedades e as relações que existem entre si. Só podemos aceder a coisas tal como planetas e outras pessoas pelo pensamento, ou pelo discurso, por descrição, remetendo a essas coisas indirectamente. Por meio de considerações lógico-semânticas, Russell chega assim a uma filosofia que se aproxima da dos empiristas britânicos clássicos como John Locke ou David Hume.

Frege, por outro lado, rejeita as tendências subjectivistas dessa filosofia, e propõe em seu lugar uma teoria do significado com implicações anti-millianas no caso

dos nomes próprios. Todas as unidades lexicais na forma lógica de uma frase, em particular os nomes próprios (sejam quais forem os seus referentes), têm a sua referência determinada por meio do seu sentido, o qual resume em si a informação possuída pelos utentes competentes do termo em causa. Para Russell, o conhecimento de coisas por contacto fundamenta o conhecimento proposicional, que é constituído pelo conhecimento por contacto com as diferentes coisas (particulares, universais, etc.) que compõem uma proposição. Segundo Frege, o conhecimento fundamental é o proposicional. O conhecimento de coisas (particulares ou universais) constitui-se pelo conhecimento daquilo (a informação) que as individualiza. É porque se sabem proposições acerca das coisas que estas se podem conhecer.

Apesar das diferenças importantes que existem entre Frege e Russell, se nos focarmos apenas no que nos dizem sobre os nomes próprios habitualmente usados na linguagem comum, as propostas dos dois filósofos assemelham-se e têm uma motivação semelhante: dar conta da diferença em valor cognitivo de nomes co-referenciais, como «Véspero» e «Fósforo», assim como de falhas de substituição *salva veritate* em contextos indirectos, e dar também conta do significado de nomes sem referente, como por exemplo «Vulcão». As suas respectivas propostas têm a mesma consequência teórica, que podemos designar por *descriptivismo* e resumir assim:

Descriptivismo: Para cada nome próprio N , existe uma descrição D_N tal que: (i) qualquer utente competente de N deve associá-lo, em virtude da sua competência linguística, com o D_N , e (ii) se N tem um referente o , há exactamente um D_N , e o é D_N .⁵

No caso de Frege, o descriptivismo é uma consequência do requisito da sua teoria, a saber, que o referente de um nome seja determinado pelo seu sentido; a descrição D_N expressaria esse sentido. No caso de Russell, o descriptivismo é uma consequência da sua tese de que os nomes próprios normais são descrições definidas disfarçadas. Temos de advertir que o descriptivismo tal como apresentado aqui é uma simplificação, assumindo que o conteúdo descritivo semanticamente associado aos nomes próprios pode ser expresso por meio de uma expressão linguística D_N .

⁵ O descriptivismo, tal como resumido aqui, tem duas características: uma que diz respeito à competência dos falantes, àquilo que uma pessoa deve associar com um nome se o compreende; a segunda diz respeito àquilo que *determina* a referência do nome.

4.2. O argumento semântico anti-descritivista de Kripke

Em *Naming and Necessity*, Saul Kripke desenvolve uma série de argumentos contra o descritivismo, e por conseguinte contra as teorias da referência de Frege e de Russell, e propõe uma teoria da referência alternativa a ambas, mais próxima do ponto de vista de Mill sobre nomes próprios (neste ponto coincidente com a teoria «Bóbi»-Bóbi), a qual se pode designar por «teoria da referência directa». Apresentamos agora os argumentos de Kripke, começando pelo *argumento semântico*, seguido do esboço da teoria da referência alternativa proposta por Kripke. Mais adiante apresentamos também outros argumentos de Kripke contra o descritivismo, o *argumento epistémico* e o *argumento modal*.

Uma dificuldade inicial que o descritivismo enfrenta, que já fora notada por Frege e por Russell, é que diferentes falantes associam distintas descrições definidas com os nomes próprios que usam. Isto reflecte a diferente informação que os diferentes falantes têm sobre o suposto referente do nome em questão. As descrições que um egiptólogo produz, e as produzidas por alguém que não é especialista na história do Egipto, em resposta à pergunta «A quem te referes com “Nefertiti”?» seriam diferentes. Além do mais, o mesmo falante em diferentes momentos da sua vida pode oferecer distintas descrições, se o seu conhecimento mudar durante o período relevante. Frege e Russell admitem que aqui as suas teorias enfrentam alguma dificuldade, pois estas implicam que pessoas que associam informação descritiva diferente com um nome próprio dado estariam a falar línguas diferentes, de tal forma que a comunicação entre si seria apenas parcial.

Kripke assinala que esta dificuldade aponta outra, muito mais séria, para o descritivismo. A objecção é que, para muitos dos nomes próprios que usamos quotidianamente, não somos capazes de oferecer uma descrição que satisfaça a tese descritivista. Se nos perguntarem quem era Nefertiti, e o que sabemos dela, quanto muito estaremos em posição de dizer «Foi uma rainha egípcia», mas sabemos que este termo não significa uma única descrição individualizadora de Nefertiti. David Kaplan dá como exemplo patente deste facto uma entrada de uma enciclopédia para «Ramsés VIII»: faraó egípcio do qual nada se sabe.

O argumento de Kripke contra o descritivismo começa com a seguinte observação: em muitos casos, um falante pode usar competente um nome próprio N sem ser capaz de indicar uma descrição D_N . Presumivelmente, o nome tem um referente. Sendo assim, as teorias de Frege e de Russell não podem explicar como se determina nestes casos o referente.

Frege e Russell poderiam responder a esta observação rejeitando o pressuposto de que os falantes nestas condições sejam competentes. (A dialéctica a partir daqui seria complexa.) O segundo aspecto do argumento de Kripke é contudo mais contundente. Kripke mostra que, mesmo nos casos em que um falante associa um nome N a uma descrição D_N que identifica unicamente um indivíduo, é

concebível que o indivíduo assim identificado não seja o referente do nome *N*, isto é, o indivíduo identificado de facto por essa descrição não tem de ser o referente do nome. Tomemos por exemplo o nome «Kurt Gödel». Um falante que seja capaz de associar com este nome uma descrição compatível com o descritivismo dirá algo como «É a pessoa que provou o teorema da incompletude da aritmética». Ora bem, é possível que, após exaustiva investigação, um especialista publique um livro no qual prove que Gödel afinal de contas não estabeleceu a incompletude da aritmética, mas que foi isso sim um seu contemporâneo, Schmidt, quem fez essa descoberta. O homem a quem chamamos «Kurt Gödel» ter-se-ia apropriado dessa prova indevidamente. Que esta situação seja perfeitamente concebível explica que o referente de «Kurt Gödel» não é determinado pela descrição dada, como o descritivismo requereria. É concebível e coerente que a descrição que os falantes competentes associam tipicamente com «Kurt Gödel» denote *de facto* um indivíduo distinto de Gödel, por exemplo Schmidt. Uma frase como «Gödel é a pessoa que provou o teorema da incompletude da aritmética» não é uma verdade analítica, porque é concebível que seja falsa. É concebível que a descrição «a pessoa que provou o teorema da incompletude da aritmética» nem sequer fixe o referente do nome «Kurt Gödel».

De acordo com a versão russelliana do descritivismo isto é impossível, pois «Kurt Gödel» é, simplesmente, uma abreviatura para «a pessoa que provou o teorema da incompletude da aritmética». Que a situação descrita, longe de ser impossível, seja perfeitamente concebível é consistente com as duas dificuldades ao descritivismo que apontámos.. O que o exemplo salienta é que o referente dos nomes próprios não é o objecto identificado unicamente pela informação que os falantes associam com o nome, uma vez que essa informação pode *na realidade* identificar outro indivíduo. Podemos assim explicar que nalguns casos («Ramsés VIII») um nome possa ter um referente, ainda que os falantes não associem ao nome nenhuma informação unicamente identificadora. E também não é um problema que, noutros casos, diferentes falantes associem com um nome informação distinta, porque a informação associada com um nome é *semanticamente* inerte na determinação do referente do nome, e portanto na contribuição que o nome faz para a proposição expressa (na maioria de) as frases em que ocorre.

4.3. A teoria histórico-causal do significado dos nomes próprios

Kripke não se limita a questionar o descritivismo, mas oferece uma proposta alternativa para a determinação do referente dos nomes próprios. A resposta de Kripke apela a actos linguísticos concretos, que usam exemplares específicos do nome-tipo em questão, aos quais Kripke chama metaforicamente «baptismos iniciais». Tratam-se de actos associados a frases do tipo: por este meio, este indivíduo

passa a chamar-se *N*. Consideremos o exemplo anterior, «Kurt Gödel». Neste caso, poderia tratar-se de um baptismo no sentido religioso do termo. Mas a generalização da ideia requer que se lhe dê um carácter metafórico, uma vez que Kripke também considera como baptismos a introdução de um nome por meio da indicação de um ponto luminoso no firmamento. O baptismo inicial dá legitimidade a outros actos linguísticos concretos subsequentes, nos quais se utilizam exemplares de *N*. Inicialmente, esses actos serão levados a cabo pelos participantes do baptismo inicial, mas depois outros falantes adquirem dos primeiros o uso do nome, passando a usá-lo como efeito causal do uso prévio dos falantes precedentes. Assim se transmite ao longo do tempo o uso de um nome de falante em falante, enquanto prevalecer a necessidade de comunicar proposições relativas ao indivíduo em questão. Cada novo uso do nome está assim associado, retrospectivamente, com uma cadeia causal comunicativa, que remete através da história de usos causalmente interligados ao baptismo inicial, ao indivíduo que é o objecto do acto do baptismo, o referente do nome.

Esta teoria é consistente com os exemplos anti-descritivistas da secção anterior. A teoria explica a história sobre Gödel não ter descoberto o teorema da incompletude: mesmo que os falantes que hoje em dia associam o termo «Kurt Gödel» à informação descritiva *aquela que provou o teorema da incompletude*, o referente não é determinado por essa informação. O que determina o referente é a cadeia causal que chega ao nosso uso contemporâneo do nome. Da mesma forma, para determinar quem é o referente de «Ramsés VIII» ou «Nefertiti», é irrelevante que falte informação descritiva associada a estes nomes, porque o referente não é determinado pela informação descritiva que associamos com os nomes. É ainda irrelevante que diferentes falantes associem informação descritiva diferente com nomes como «Aristóteles», porque essa informação é alheia à identidade semântica do nome. Na medida em que as cadeias causais das quais os falantes dependem têm a mesma origem, pode dizer-se que falam a mesma língua.

Kripke enfatiza que a teoria, tal como é caracterizada, é apenas um novo esboço de uma teoria; sem ser refinada, dá lugar a resultados absurdos. Uma pessoa pode chamar ao seu computador «Eça de Queirós», influenciado pela aquisição prévia do nome do escritor que admira. Sem modificações, a teoria histórico-causal implica que de cada vez que essa pessoa usa «Eça de Queiroz» com a intenção de referir-se ao seu computador, na realidade refere-se ao escritor. Parece que para que a teoria seja aplicável a um uso de um nome próprio é necessário acrescentar alguma condição no sentido de que o falante não use o nome com uma intenção de se referir que contrarie a intenção das pessoas de quem adquiriu o uso do nome. Mas incluir esta condição faz com que a teoria esteja sob a ameaça de circularidade: para explicar o que faz com que os nomes próprios refiram apelamos à ideia de *intenção de referir-se*. Além do mais, o partidário da teoria histórico-causal está obrigado a oferecer uma explicação alternativa dos factos que motivam o descritivismo:

o diferente valor cognitivo de nomes co-referenciais, o significado de nomes sem referente, e a falha de substitutividade de nomes co-referenciais em contextos indirectos.

Esta é a diferença mais significativa entre a teoria kripkeana e as teorias descritivistas. De acordo com Frege e com Russell, não podemos usar competentemente um nome próprio sem dispor de informação de carácter geral que individualize o referente do nome, isto é, sem conhecer atributos distintivos do referente. A proposta de Kripke, pelo contrário, está em consonância com as afirmações de Mill mencionadas antes. Em particular, segundo Kripke os nomes próprios ajustam-se aos objectos eles mesmos, independentemente de qualquer atributo do objecto, pois não parece que um falante que use competentemente «Ramsés VIII» tenha de conhecer qualquer «atributo» que distinga o referente. Apenas necessita que o seu uso esteja ligado com o referente através de uma cadeia histórico-causal adequada, sem mais conhecimento nem da natureza dessa ligação, nem de qualquer outro dado que distinga o referente.

4.4. O argumento epistémico

De acordo com o descritivismo, qualquer utente competente de um nome próprio N deve associar ao nome em questão uma descrição, o D_N , em virtude da sua competência semântica. A descrição tem a função de determinar o referente. Isto implica que, ao menos nos casos em que os falantes são capazes de produzir uma descrição, uma proposição como (103) deveria ser uma verdade conhecida *a priori*:

$$(103) \quad N \text{ é } D_N$$

Um caso favorável ao descritivismo é o de «Véspero» e «Fósforo». Em ambos os casos, parece haver uma descrição que qualquer falante que compreende os nomes é capaz de associar-lhes. Segue-se do descritivismo que (104) é uma verdade analítica, conhecida *a priori*.

$$(104) \quad \text{Véspero é um corpo proeminentemente luminoso, visível em alguns dias do ano a ocidente ao pôr-do-sol.}$$

Uma dúvida que pode surgir com respeito a esta suposta implicação de que uma proposição com a forma (103) deva ser conhecida *a priori*, segundo o descritivismo, é a de que um nome particular pode carecer de referente. Isto é algo que o descritivismo tem em conta, pois as teorias descritivistas propõem, entre outras coisas, dar conta dessa possibilidade. Ora bem, se decidimos exemplificar (103)

com um nome sem referente, como «Vulcão», não parece neste caso que qualquer proposição que o inclua possa ser verdadeira. Pelo menos, é compatível com o descritivismo defender que nenhuma proposição que inclua um nome sem referente possa ser verdadeira, nem sequer aquelas que exemplificam (103), como é o caso de (105) para «Vulcão»:

- (105) Vulcão é um planeta com uma órbita interior à de Mercúrio, que causa as aparentes anomalias na órbita de Mercúrio calculada segundo a teoria newtoniana.

Para evitar esta objecção, podemos modificar a formulação anterior da implicação da teoria descritivista. Não é (103) que é analítico e *a priori*, mas sim (106):

- (106) Se N existe, então N é D_N .

Assim, segue-se do descritivismo que (107) é uma verdade analítica conhecida *a priori*:

- (107) Se Véspero existe, então Véspero é um corpo proeminentemente luminoso, visível em alguns dias do ano a ocidente ao pôr-do-sol.

Algo semelhante se aplicaria a «Vulcão». Mas proposições como (107) não parecem ser verdades analíticas conhecidas *a priori*. Pelo contrário, parecem casos paradigmáticos de expressões que transmitem conhecimento empírico, um conhecimento cuja justificação depende essencialmente da experiência. O mesmo é ainda mais claro com outros nomes próprios aos quais associamos descrições definidas. Uma frase como «Aristóteles é um filósofo grego que foi discípulo de Platão e escreveu a *Metafísica*» não parece poder ser uma verdade analítica conhecida *a priori*.

A concepção milliana, pelo contrário, é inteiramente compatível com este dado intuitivo, porque de acordo com a mesma, mesmo quando associamos descrições com um nome próprio, essa associação não é constitutiva do nosso conhecimento do significado do nome.

4.5. O argumento modal e a contingência a priori

Os argumentos semântico e epistémico sugerem um último argumento contra o descritivismo. O núcleo dos argumentos semântico e epistémico é que qualquer descrição D_N que os falantes possam associar a um nome próprio N é semanticamente inerte: não intervém na determinação do referente do nome. Assim podem

existir nomes («Ramsés VIII») aos quais os falantes não associam nenhuma descrição, é possível que diferentes falantes associem diferentes descrições com o mesmo nome sem que estejam a falar línguas distintas, e é até possível que toda a informação que os falantes têm sobre um referente de um nome seja na realidade desinformação. Por exemplo, é possível que a maioria das pessoas associe «descobriu os axiomas da aritmética de Peano» com o nome «Peano» e não associe mais nenhuma informação com Peano, ignorando que na realidade quem descobriu os axiomas da aritmética de Peano não foi Peano, mas sim Dedekind. Assim, pode-se enunciar qualquer proposição com a forma de (106), usando descrições que os falantes associam aos nomes próprios, sem se expressarem verdades analíticas.

Consideremos agora o caso mais favorável ao descritivismo, no qual se introduz por estipulação um nome por meio da sua associação a uma descrição. Suponhamos que estipulamos:

(108) Chamemos «Julius» à pessoa, seja ela quem for, que inventou o fecho-de-correr.

O acto que se leva a cabo por meio de (108) pode considerar-se análogo aos *baptismos iniciais* de Kripke, um acto que institui uma convenção para o uso de um nome, neste caso de forma descritiva.

O descritivismo tem uma consequência modal. Se o nome N é uma mera abreviatura da descrição $o D_N$, então uma proposição da forma de (103) deve ter o mesmo estatuto modal (referimo-nos aqui à necessidade e à contingência, ver Secção 2) que uma da forma de (109), porque segundo o descritivista, dizem exactamente o mesmo:

(109) Se $o D_N$ existe, $o D_N$ é $o D_N$.

Uma proposição da forma de (109) é necessariamente verdadeira; por conseguinte, segundo o descritivismo, para qualquer nome próprio N deve haver uma proposição da forma de (103) que seja necessariamente verdadeira. Ora bem, esta previsão não parece cumprir-se nem sequer na situação mais favorável ao descritivismo, aquela ilustrada pelo caso de «Julius»:

(110) Se Julius existe, então Julius inventou o fecho-de-correr.

(111) Se aquele que inventou o fecho de correr existe, então aquele que inventou o fecho de correr inventou o fecho de correr.

Ao contrário de (111), (110) não parece ser necessariamente verdadeira. De novo, a concepção milliana é consistente com este dado intuitivo, o qual é incompatível com o descritivismo. Mesmo quando um nome está semanticamente

associado a uma descrição, como acontece no caso de «Julius», a descrição, segundo Kripke, não é sinónima do nome, mas limita-se a *fixar o referente* do nome. A contribuição do nome para o estado de coisas significado por (110) é simplesmente o objecto referido pelo nome. A descrição «aquele que inventou o fecho-de-correr» só tem a função de seleccionar o indivíduo *no mundo real* onde se estabelece a estipulação em (108). Como a única contribuição do nome para a proposição expressa é o objecto, e não uma propriedade essencial do eventual indivíduo que inventou o fecho-de-correr, podemos conceber um mundo possível no qual (110) é de facto falsa. A descrição, contudo, funciona de uma forma diferente (essencialmente, aquela explicada pela teoria das descrições de Russell). Em cada mundo possível considerado, a descrição «aquele que inventou o fecho-de-correr» denota em função daquele que é *nesse mundo possível* o único inventor do fecho-de-correr. Portanto, (111) é necessariamente verdadeira.

Kripke expressa esta diferença modal entre nomes próprios e descrições dizendo que os nomes próprios são, tal como funcionam na linguagem natural, *designadores rígidos*: quando consideramos os mundos possíveis compatíveis com a verdade de uma frase que contém um nome próprio, o nome próprio indica sempre um mesmo indivíduo, o seu referente. Com as descrições não tem de suceder o mesmo, como é evidente na diferença patente entre (110) e (111). As diferenças nos estados de coisas significados por (112) e (113) ilustram o mesmo fenómeno:

(112) Carlos Lopes nasceu em Beja.

(113) O primeiro português a ganhar uma medalha de ouro olímpica nasceu em Beja.

Se consideramos os mundos possíveis que são compatíveis com a verdade de (112), em todos eles ocorrem variantes do facto consistentes com Carlos Lopes nascer em Beja em vez de ter nascido em Vildemoinhos, como de facto nasceu. Se esses mundos possíveis coincidem com o mundo actual no facto de que realmente Carlos Lopes foi também o primeiro português a ganhar uma medalha de ouro olímpica, então esses são também mundos possíveis compatíveis com a verdade de (113). Mas há outros mundos possíveis compatíveis com a verdade de (113), por exemplo um em que Carlos Lopes não ganha a maratona nos Jogos Olímpicos de 1984, mas no qual Fernando Mamede ganha os 10 000 metros nos mesmos Jogos Olímpicos, e, além do mais, tudo o resto é idêntico ao sucedido no mundo real (em particular, que Mamede nasceu em Beja). (113) é verdadeira com respeito às situações possíveis em que a descrição definida denota indivíduos diferentes. Isto reflecte o facto de que as descrições (como defendia Russell) não são realmente termos singulares, mas antes estabelecem relações quantificadas entre o significado de predicados. Contudo, e contra o descritivismo de Russell, pelo menos de

acordo com as nossas intuições semânticas, os nomes próprios parecem comportar-se como genuínos termos singulares que se limitam a fornecer o referente à proposição expressa, tendo tal facto as consequências modais que acabámos de indicar.

Este facto modal oferece uma nova ilustração do fenómeno da contingência *a priori*, que foi mencionado na Secção 2 deste capítulo. Dado o modo como o termo «Julius» foi introduzido, (110) é uma verdade analítica, conhecida meramente graças à nossa competência semântica e portanto *a priori*; ou pelo menos é-o a proposição correspondente à forma em (106). A razão é semelhante à dada para o caso de «um metro». A referência do nome «Julius» fixa-se por meio de uma descrição, construída com o predicado *inventor do fecho-de-correr*. Portanto (110) é *a priori*. Contudo, a descrição não identifica uma propriedade essencial da pessoa, mas antes uma propriedade contingente sua. Como o nome «Julius» se limita a fornecer um referente à proposição que é significada, a proposição expressa em (110) é contingente.

4.6. *Necessidade a posteriori*

Kant pressupunha que todas as verdades conhecidas *a priori* são necessárias, e vice-versa. De acordo com Kripke, contudo, há verdades conhecidas *a priori* que não constituem factos necessários. O facto de constituírem conhecimento *a priori* resulta do mecanismo que usamos para fixar os referentes de alguns dos termos que usamos, com base em características superficiais, contingentes, desses referentes. Sabemos *a priori* que certos objectos medem um metro, porque usamos a longitude desses mesmos objectos para fixar o tipo de longitude a que nos referimos com «um metro». Mas uma vez que não é uma propriedade essencial dessa longitude que um objecto particular a tenha, esse facto conhecido *a priori* é todavia contingente. Sabemos *a priori* que Julius inventou o fecho-de-correr, porque usámos a invenção do fecho-de-correr como o critério para fixar de quem falamos quando usamos «Julius». Mas como inventar o fecho-de-correr não é uma propriedade essencial de nenhuma pessoa, Julius incluído, esse facto que conhecemos *a priori* é meramente contingente.

O que acontece então com as verdades necessárias, segundo a perspectiva sobre a referência defendida por Kripke? Uma das ideias mais atraentes de Kripke, que deu fama a *Naming and Necessity* tornando-a uma das obras mais comentadas e discutidas das últimas décadas, é que a verdade de algumas proposições necessárias é conhecida *a posteriori*. Vejamos um exemplo.

Algumas relações diádicas são reflexivas, quer dizer, dado um domínio de discurso apropriado, para cada indivíduo nesse domínio, a relação obtém entre o

indivíduo e si mesmo. Por exemplo, *ser tão alto como* é uma relação reflexiva entre os seres humanos. Algumas relações reflexivas num dado domínio são apenas contingentemente reflexivas. Nesse mesmo domínio de seres humanos, talvez a relação *x preocupa-se com y* seja reflexiva, mas não parece que o seja necessariamente. Mas a relação de identidade é não só reflexiva em qualquer domínio, como também necessariamente reflexiva. Suponhamos que, tal como fizemos com «Julius», introduzimos «Paulus» por meio da seguinte convenção explícita:

(114) Chamemos «Paulus», seja essa pessoa quem for, a quem inventou a lâmpada eléctrica.

Suponhamos que, de facto, foi a mesma pessoa quem inventou o fecho-de-correr e a lâmpada. Neste caso,

(115) O inventor do fecho-de-correr = o inventor da lâmpada eléctrica.

Contudo, (115) não é necessariamente verdadeira. Inventar o fecho-de-correr e inventar a lâmpada eléctrica são propriedades contingentes de quem quer que as tenha. Em diferentes circunstâncias possíveis, diferentes pessoas poderiam tê-las tido. Em concreto, mesmo que no mundo real tivesse sido a mesma pessoa a fazer ambas as invenções (o que tornaria (115) verdadeira), há circunstâncias possíveis nas quais diferentes pessoas fizeram cada uma das invenções. Que dizer então de (116)?

(116) Julius = Paulus

Se a teoria milliana é correcta, os nomes «Julius» e «Paulus» limitam-se a contribuir com os seus referentes para a proposição expressa por (116). Os referentes desses termos são determinados pelas descrições associadas em (108) e (114), respectivamente. Acontece que, estamos a supor, as descrições caracterizam na realidade um mesmo indivíduo. Neste caso, o indivíduo é, segundo a concepção milliana, o referente dos dois nomes com respeito a qualquer situação possível. Portanto, dado que a identidade é uma relação necessariamente reflexiva, (116) expressa uma proposição necessariamente verdadeira. Por outro lado, não podemos saber *a priori*, meramente a partir da informação sobre os referentes que temos em virtude de conhecer as estipulações (108) e (114), que (116) é verdadeira. Assim, a verdade de (116) conhece-se *a posteriori*, tal como a de (115). A diferença entre estes dois casos é que o último, se é verdadeiro, é-o necessariamente. Irreflectidamente poderíamos tender a dizer que (116) é contingentemente verdadeira, mas isso explica-se porque confundimos o seu carácter *a posteriori* com o seu

estatuto modal metafísico. Se a teoria milliana é correcta, (116) é necessariamente verdadeira, se verdadeira, e necessariamente falsa, se falsa.⁶

5. Outras questões

Como vimos nas secções anteriores, a filosofia da linguagem desenvolvida por Frege e por Russell tinha a aspiração de aplicar métodos de rigor formal e lógico ao estudo da linguagem. O estudo da linguagem durante o século xx focou-se principalmente na *semântica* (o estudo da forma como expressões individuais contribuem para o significado das expressões em que figuram), tendo sido efectuado desta forma por Gottlob Frege, Bertrand Russell, Ludwig Wittgenstein no *Tractatus* (o primeiro Wittgenstein), Rudolf Carnap, David Lewis ou Saul Kripke, e mais tarde na *pragmática* (o estudo da prática da comunicação). Foi graças em parte ao trabalho posterior de Wittgenstein (o dito segundo Wittgenstein) e ao dos chamados filósofos da linguagem comum, que questionaram vários dos pressupostos feitos por filósofos anteriores sobre a natureza do significado linguístico, que se desenvolveu a disciplina independente da pragmática. Um avanço qualitativo no estudo da semântica e da pragmática deveu-se também ao trabalho de Paul Grice, que mencionámos antes na Secção 3. Willard V. O. Quine dedicou uma parte do seu trabalho a desafiar outros pressupostos feitos antes dele, por exemplo a noção de significado, a distinção entre verdades analíticas e sintéticas, ou a distinção entre *a priori* e *a posteriori*. Dedicamos abaixo uns breves parágrafos a Wittgenstein, Austin e Strawson, Quine e Grice.

5.1. Wittgenstein e o significado como uso

No *Tractatus*, Wittgenstein dedicou-se a expor a sua investigação sobre o que podemos designar por «condições de possibilidade da linguagem» (i.e., de qualquer linguagem possível). Aí, a sua ideia principal era a de que a essência de qualquer linguagem é a sua capacidade representacional. Segundo Wittgenstein, isso é possível na medida em que a linguagem e o mundo são logicamente isomórficos, isto é, na medida em que ambos constam de objectos com as mesmas possibilidades de combinação entre si. Uma proposição elementar ou atómica seria composta pelos elementos mais básicos da linguagem, os quais se relacionariam directamente (por meio de actos internos de ostensão) com os constituintes mais

⁶ Kripke aplica as suas ideias sobre nomes próprios ao caso de certos nomes comuns, aqueles que significam tipos naturais (coincidindo sobre isto com as ideias independentemente expostas por Hilary Putnam). Para mais informação sobre as teorias de referência directa no caso dos termos para tipos naturais, pode consultar-se a entrada «Tipos naturais, termos para» na *Enciclopédia de Termos Lógico-Filosóficos*.

básicos da realidade. Uma proposição elementar seria uma imagem de um facto possível. Qualquer proposição expressável numa linguagem possível seria então uma função de verdade de proposições elementares. Esta concepção da linguagem está próxima da filosofia do atomismo lógico de Russell. Segundo Russell, as proposições atómicas, às quais chegamos por meio da análise da sua forma lógica, são compostas por constituintes que significam coisas com as quais temos contacto directo. Só podemos ter contacto directo, por outro lado, com entidades às quais podemos aceder internamente na nossa mente, os dados dos sentidos e alguns universais. Os restantes conceitos que possuímos, segundo Russell, são definidos a partir dos conceitos para aquelas entidades com as quais temos contacto directo.

Na sua época tardia, Wittgenstein rejeita este ponto de vista sobre a essência do mundo e da linguagem. Pelo contrário, a investigação filosófica sobre a natureza da linguagem deve ter em conta as múltiplas situações nas quais a usamos. Nas *Investigações Filosóficas*, entre os problemas que Wittgenstein identifica como erros que se realizaram na filosofia da linguagem antes de si incluem-se, por exemplo, o de assumir que todas as palavras funcionam com base no modelo dos nomes próprios, estando no lugar de um objecto. Outro dos tais erros é o de que se podem dar descrições gerais das coisas às quais as palavras se aplicam, i.e., dizer que as palavras expressam conceitos que têm condições necessárias e suficientes de aplicação. Com respeito ao primeiro, Wittgenstein mantém que diferentes palavras desempenham funções diferentes na linguagem (algo que na realidade Frege já defendia, por razões lógicas). Com respeito ao segundo, Wittgenstein defende que uma palavra como «jogo» não tem condições necessárias e suficientes de aplicação, mas antes se aplica a diferentes actividades em diferentes situações, e que não tem de existir algo comum a todas as actividades a que «jogo» se aplica. Antes, o que unifica os distintos usos da palavra «jogo» é uma colecção de *semelhanças de família*. A palavra «jogo» expressa um *cluster concept*, uma disjunção de propriedades caracterizadoras de actividades possíveis. Mesmo palavras como «linguagem», «proposição» ou «significado» expressam também, segundo Wittgenstein nas *Investigações*, *cluster concepts*. Só considerando como a linguagem é usada nas actividades não linguísticas se pode compreender o significado. A tese fundamental nas *Investigações* é que o que constitui o significado de uma expressão consiste no seu uso, e na relação entre o uso de uma expressão e as actividades não linguísticas que o circundam. Daí o slogan de que o significado é uso. Segundo Wittgenstein, muitos problemas filosóficos originam-se por se atribuir a uma expressão um uso que esta não tem na linguagem.

Wittgenstein também critica a filosofia que o precede pela sua inclinação mentalista, claramente manifestada por exemplo por Russell. A crítica dirige-se à tendência de encarar o uso de uma expressão como uma manifestação da compreensão prévia do termo, a qual requereria a associação deste com alguma representação mental. Contra esta concepção mentalista do significado, Wittgenstein

desenvolve o famoso argumento contra a linguagem privada, por meio do qual pretende estabelecer que o significado de uma expressão é, isso sim, constituído pelo seu uso. O argumento depende da defesa de duas outras teses a favor das quais Wittgenstein argumenta: por um lado, a indeterminação das definições ostensivas, e, por outro lado, a ausência de um critério de correcção para uma suposta linguagem privada. O argumento depende, ainda e fundamentalmente, das considerações aduzidas por Wittgenstein sobre o problema de seguir uma regra. Uma teoria do significado linguístico deve ter em conta o requisito da normatividade: aquilo que é proposto como sendo o significado de uma expressão, seja o que for, deve dar lugar a uma distinção entre os usos correctos e os usos incorrectos dessa expressão. Uma linguagem privada não poderia satisfazer tal requisito, e como tal, uma teoria mentalista do significado tem de estar errada. Há algum desacordo sobre qual a proposta positiva de Wittgenstein em alternativa. Parece ser claro, contudo, que o facto de uma expressão ter significado depende de essa expressão ter usos correctos e incorrectos, e que compreender uma expressão consiste em respeitar o seu uso regulado. Assim, o requisito de normatividade impõe um vínculo constitutivo entre o significado linguístico e o uso da linguagem.

5.2. *Austin e Strawson e a filosofia da linguagem comum*

J. L. Strawson e P. F. Strawson são dois filósofos associados com o movimento da chamada *filosofia da linguagem comum*. Em contraste com os filósofos do início do século xx, como Frege ou Russell, que se preocupavam essencialmente com a possibilidade de oferecer uma formalização logicamente disciplinada da linguagem, os filósofos da linguagem comum dedicaram-se a analisar expressões tal como elas são usadas na linguagem natural falada, alguns deles confiando que este método resultaria na dissolução de problemas filosóficos tradicionais.

J. L. Austin, por exemplo, acreditava que a linguagem comum incorpora as distinções práticas que poderão ser relevantes para a vida humana. No seu *How to Do Things with Words* (1962), Austin introduz noções e distinções que se tornaram fundamentais na pragmática, uma disciplina que se desenvolveu consideravelmente a partir de meados do século xx. Austin chama a nossa atenção para os diferentes tipos de coisas que fazemos quando realizamos um acto de fala. Por exemplo, ao afirmar a frase «Tenho fome» estou a emitir sons, a proferir uma frase declarativa, a dizer que tenho fome, a sugerir a uma pessoa que está na hora de almoçar, a levá-la a acompanhar-me no almoço, etc. Austin introduz assim uma distinção entre uma *locução* (uma locução é simplesmente o *acto* de proferir uma frase com um determinado significado, de fazer uma elocução, e não constitui por si só um acto de fala), um *acto ilocucionário* (o desempenho ou realização de um acto performativo com uma determinada *força ilocucionária* por meio de uma elocução) e um *acto per-*

locucionário (a realização de um acto de fala com um determinado efeito perlocucionário no falante e/ou ouvinte, tal como o de impressionar, convencer, assustar, comover, etc. Estes efeitos não são constitutivos nem essenciais ao acto de fala).

Austin chama a nossa atenção para o facto de que nem todas as elocuições têm como finalidade ou função a representação da realidade, e que nem todas são avaliáveis como verdadeiras ou falsas. Por exemplo, uma elocução pode não ser uma afirmação ou asserção mas sim uma promessa, uma ameaça, uma ordem, ou um juramento, e em nenhum destes últimos casos de actos ilocucionários se avalia o acto como correcto na condição de o falante dizer a verdade. Antes, actos ilocucionários como prometer ou fazer um juramento podem, isso sim, ser ou não bem sucedidos. Graças às noções e distinções introduzidas por Austin, a disciplina da pragmática desenvolveu-se, com o estudo de diferentes tipos de actos de fala e das diferentes forças ilocucionárias.

Peter F. Strawson propunha, contra os filósofos da primeira metade do século xx, que devemos prestar mais atenção à linguagem comum do que à lógica formal. Esta última, segundo ele, enfatiza demasiado a importância da verdade e da falsidade. Strawson resiste, por exemplo, à legitimidade da teoria das descrições de Russell. Segundo Strawson, Russell não distingue entre frases com significado, por um lado, e o uso que é delas feito para referir. Em certos casos, uma frase pode ter significado, como «o actual rei de França é careca», mesmo que um seu uso não refira nada, e portanto, segundo Strawson, a frase não seja nem verdadeira nem falsa. (Strawson iria mais longe e diria que neste caso nenhuma afirmação pode ser feita mediante o uso de tal frase). Neste caso, a *pressuposição* de que a descrição se aplica a alguém falha, e é isso que resulta no facto da frase ter significado mas, segundo ele, não ter qualquer valor de verdade. Strawson insiste, neste caso e noutros (como no caso da conjunção «e»), que não existe uma única análise logicamente correcta de muitos dos operadores frásicos nas linguagens naturais.

Strawson dedicou-se ainda ao que chamava de «metafísica descritiva», tentando capturar os nossos conceitos do senso comum, como corpo, pessoa, tempo e espaço, por meio da análise da linguagem. Neste aspecto, contrariou os filósofos do positivismo lógico, para quem a metafísica era uma disciplina morta (ou mesmo absurda) e até Austin, cuja influência em Oxford acabou por ser enfraquecida pelo trabalho de Strawson.

5.3. O cepticismo de Quine

Willard v. O. Quine foi um filósofo importante na filosofia da linguagem contemporânea. Quine defendia uma forma radical de empirismo, incompatível com a ideia de um conhecimento independente da experiência e incompatível também com a separação qualitativa entre ciência e filosofia. Essa posição, combinada com

uma metodologia behaviorista na investigação da linguagem, apoia a sua aversão aos conceitos semânticos intensionais, principalmente ao conceito intuitivo de significado. Num dos seus artigos mais célebres, «Two Dogmas of Empiricism» (1951), Quine critica tais conceitos ao questionar a noção de verdade analítica – verdade em virtude do significado – e outras noções afins, que desempenhavam um papel importante nas teorias de filósofos seus precedentes, como Frege, Russell, Wittgenstein e Carnap. Anos mais tarde, Quine propõe também outra linha de ataque aos conceitos semânticos intuitivos. Em *Word and Object* (1960) analisam-se as condições definidoras de uma tradução correcta entre línguas diferentes. Partindo da relação entre o conceito de tradução e do conceito de sinonímia, de significado ou de analiticidade, Quine extrai conclusões surpreendentes, as quais, novamente, apoiam o seu cepticismo com respeito a todas estas noções intensionais. A conclusão mais surpreendente é talvez esta: podem existir traduções igualmente correctas, mas intuitivamente muito diferentes e inclusivamente incompatíveis, da mesma oração.

5.4. Grice

H. P. Grice é, com Austin e Strawson, um dos mais importantes filósofos do movimento da *filosofia da linguagem comum*. Os seus interesses focaram uma boa parte dos temas centrais da filosofia: questões metafísicas como a identidade pessoal, epistemológicas como a percepção, ou éticas como a natureza e fundamentação dos valores. Mas a sua contribuição mais significativa encontra-se nas suas propostas sobre a natureza do significado, contidas em artigos compilados em *Studies in the Way of Words* (1989), e nas suas *John Locke Lectures* sobre racionalidade, *Aspects of Reason* (2001). Apesar de Grice ser crítico dos métodos de Austin, partilhava o seu objectivo de compreender a noção de significado prestando atenção ao uso da linguagem comum.

Segundo Grice, um diálogo é uma actividade racional e cooperativa, e, segundo ele, há diferentes concepções de significado que podem servir para alcançar os objectivos comunicativos de intercâmbio conversacional. Uma importante distinção feita por Grice é aquela entre *significado do falante* e *significado linguístico*. A ideia mais original de Grice é a de que, nos casos paradigmáticos de comunicação, o «falante» tem uma intenção principal, produzir um estado mental no seu «ouvinte», que espera alcançar por meio do reconhecimento pelo ouvinte desta mesma intenção. Assim, interpreta-se «falante *A* significa algo por *X*» como «*A* proferiu *X* com a intenção de produzir no ouvinte uma crença por meio do reconhecimento desta mesma intenção». Uma *intenção comunicativa* é assim um estado mental complexo. Segundo Grice, a linguagem é um resultado dos actos racionais motivados por tais intenções comunicativas.

A distinção introduzida por Grice entre significado do falante e significado linguístico, ou, dito de outra forma, entre *uso* e *significado*, matiza a tese associada com Wittgenstein de que o significado é uso. Para explicar como podemos compreender elocuições não literais (com exemplos como o dado abaixo, «Pode passar-me o sal?»), Grice postulou a existência de um princípio geral de cooperação, bem como de algumas máximas conversacionais derivadas do princípio cooperativo. Para descrever algumas inferências para as quais o termo «implicação» parece inapropriada, Grice introduz a noção de vários tipos de *implicaturas*. A ideia de *implicatura conversacional* é a sua ideia mais conhecida. Uma implicatura conversacional é, em traços gerais, aquilo que um ouvinte pode inferir do que foi dito, e não aquilo implicado lógicamente ou semanticamente do que foi dito. Grice distingue entre os elementos do uso da linguagem que se devem ao significado linguístico daqueles que se devem a outros aspectos. Por exemplo, a frase «Ainda não premiaram o valor deste escritor» significa literalmente que o escritor em causa ainda não foi premiado. Mas em muitos contextos interpretar-se-á o falante como implicando que o escritor em questão tem valor e que deveria ser premiado por tal no futuro. Nós processamos implicaturas conversacionais constantemente sem nos darmos conta disso. Por exemplo, interpretamos «Pode passar-me o sal?» como um pedido de que passemos o sal, e não simplesmente como uma pergunta. Se respondêssemos «Sim» responderíamos à pergunta, mas não nos aperceberíamos da intenção do nosso interlocutor de que lhe passemos o sal. Grice foi a primeira pessoa a dar-se conta da existência generalizada deste fenómeno.

Para explicar como podemos compreender elocuições não literais, Grice postulou a existência de um princípio geral de cooperação, bem como de algumas máximas conversacionais derivadas do Princípio de Cooperação. Pelo Princípio de Cooperação, «Faz a tua contribuição conversacional como é requerido, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direcção do diálogo no qual participas.» («Make your conversational contribution such as is required, at the stage at which it occurs, by the accepted purpose or direction of the talk exchange in which you are engaged» (1989, 26)). Grice distingue então entre quatro categorias com máximas específicas: *Quantidade* (que a contribuição seja tão informativa quanto, e não mais informativa do que, é necessário), *Qualidade* (que a contribuição seja verdadeira), *Relação* (sê relevante) e *Modo* (sê perspícuo) (1989, p. 27). Uma característica das implicaturas conversacionais é que estas podem ser canceladas, o que contrasta com a implicação lógica ou semântica, que não pode ser cancelada sem contradição. Segundo Grice, a violação de alguma máxima conversacional, assumindo que o Princípio de Cooperação continua vigente numa conversa, leva o ouvinte a calcular a implicatura conversacional requerida. Por exemplo, quando nos perguntam se podemos passar o sal, quando o sal é visível e claramente nada nos impede de o fazer, é claro que o falante não deseja saber se temos a capacidade física de passar o sal, coisa que presumivelmente já sabe. Se apenas respondêssemos

«Sim» à pergunta, estaríamos a agir como se o nosso interlocutor tivesse violado a máxima de relevância, solicitando-lhe uma resposta não informativa. Por outro lado, o pedido directo: «Passe-me o sal.» pode parecer demasiado grosseiro, agressivo ou autoritário. Numa situação assim, somos levados a concluir rapidamente que aquilo que nos é pedido é que passemos o sal, e não informação sobre a nossa capacidade de o fazer.

Além do interesse intrínseco, a teoria griceana das implicaturas conversacionais tem aplicações filosóficas relevantes. Muitos semânticos supõem que as linguagens artificiais construídas pela lógica matemática contemporânea constituem bons modelos do funcionamento de algumas expressões na linguagem natural, por exemplo modelos para os operadores lógicos. O artigo indefinido «um» comporta-se muitas vezes como o quantificador existencial \exists na lógica de primeira ordem. Como se mencionou em secções anteriores, alguns filósofos questionaram a correcção desses modelos matemáticos argumentando que o artigo indefinido pode ser usado para referir. A teoria das implicaturas de Grice mostra que estas objecções se baseiam numa má compreensão do uso que fazemos da linguagem natural. Se a sua teoria for correcta, então os usos referenciais de descrições, por exemplo, apenas mostram que os falantes podem dar-lhes o mesmo uso que aos nomes próprios. Os falantes conseguem isto não porque as descrições construídas a partir de artigos indefinidos e sintagmas nominais funcionem na linguagem natural (por vezes) como nomes próprios, mas porque exploram as máximas conversacionais. Isto é compatível com que, no que diz respeito às suas *propriedades semânticas convencionais*, as descrições tenham o significado que lhes atribui um modelo semântico lógico-matemático, isto é, que se tratem de expressões de quantificação.

BIBLIOGRAFIA

Leituras introdutórias

- Branquinho, João, Murcho, Desidério e Gomes, Nelson. 2006. *Enciclopédia de Termos Lógico-Filosóficos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Hale, Bob e Wright, Crispin. 1997. *A Companion to the Philosophy of Language*. Oxford: Blackwell.
- Lycan, William. 2000. *Philosophy of Language, A Contemporary Introduction*. New York: Routledge.
- Larson, Robert e Segal, Gabriel. 1995. *Knowledge and Meaning, an Introduction to Semantic Theory*. Cambridge Mass.: MIT Press.

Leituras iniciais na *Stanford Encyclopedia of Philosophy*

- Candlish, Stewart e Wrisley, George. 2008. Private Language, <http://plato.stanford.edu/entries/private-language/>.
- Cowie, Fiona. 2008. Innateness and language. <http://plato.stanford.edu/entries/innateness-language/>
- Cumming, Sam, 2009. Names. <http://plato.stanford.edu/entries/names/>.
- Davis, Wayne. 2007. Implicatures. <http://plato.stanford.edu/entries/implicature/>.
- Laporte, Joseph, 2006. Rigid Designators. <http://plato.stanford.edu/entries/rigid-designators/>.
- Glanzberg, Michael. 2006. Truth. <http://plato.stanford.edu/entries/truth/>.
- Green, Mitchell. Speech Acts. 2007. <http://plato.stanford.edu/entries/speech-acts/>.
- Korta, Kepa e Perry, John. 2006. Pragmatics. <http://plato.stanford.edu/entries/pragmatics/>.
- Reimer, Marga. Reference. 2009. <http://plato.stanford.edu/entries/reference/>.
- Rey, Georges. 2008. The analytic/synthetic distinction. <http://plato.stanford.edu/entries/analytic-synthetic/>.
- Russell, Bruce. 2007. A priori justification and knowledge. <http://plato.stanford.edu/entries/apriori/>.
- Speaks, Jeff. 2010. Theories of Meaning, <http://plato.stanford.edu/entries/meaning/>.
- Szabó, Zoltán G. 2007. Compositionality. <http://plato.stanford.edu/entries/compositionality/>.

Colectâneas

Existem várias colectâneas de textos que reúnem muitos dos textos básicos, ou excertos de textos, essenciais para o estudo introdutório de filosofia da linguagem. Aqui recomendamos duas. Alguns dos artigos mencionados mais abaixo estão incluídos em pelo menos um destes livros, como se indicará (com o nome do editor do volume em maiúsculas). O livro editado por Harnish inclui além do mais uma introdução para cada área temática da filosofia da linguagem feita por filósofos contemporâneos, nomeadamente Kent Bach, Nathan Salmon, Graeme Forbes e Scott Soames:

- Harnish, Robert M. (ed.). 1994. *Basic Topics in the Philosophy of Language*. Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf.
- Martinich, A. P. (ed.) 1996. (3ª edição) *The Philosophy of Language*, New York e Oxford: Oxford University Press.

Leituras adicionais

- Austin, J. 1962. *How To Do Things With Words*. Oxford: Oxford University Press.

- Chomsky, Noam. 1986. *Knowledge of Language: Its Nature, Origin and Use*. New York: Praeger.
- Donnellan, K. 1966. Reference and definite descriptions. *Philosophical Review* 75: 281-304. Reimpresso em MARTINICH.
- Donnellan, K. 1972. Proper Names and Identifying Descriptions. In Harman and D. Davidson (eds.). *Semantics of Natural Language*. Dordrecht-Holland: D. Reidel Publishing Company.
- Frege, G. 1893/1903. Frege, Gottlob. *Grundgesetze der Arithmetik*. Georg Olms, Hildesheim, 1966. (Vol. I, publicado originalmente em 1893; vol. II, em 1903.) (A primeira edição completa em inglês, *Basic Laws of Arithmetik*, está em preparação, a cargo de Philip A. Ebert, Roy T. Cook e Crispin Wright. Oxford: Oxford University Press.)
- , 1892. Frege, Gottlob. Über Sinn und Bedeutung. In *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik* 100: 25-50. Reimpresso como: On Sense and Meaning. In P. Geach e M. Black (eds.) *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*. (3ª Edição), Oxford UK e Cambridge USA: Basil Blackwell. 1980. Reimpresso também como: On Sense and Reference, em HARNISH.
- , 1980. *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*. (3ª edição), P. Geach e M. Black (eds.), Oxford UK e Cambridge USA: Basil Blackwell.
- Grice, P. 1975. Logic and Conversation. In P. Cole e J. L. Morgan (eds.) *Syntax and Semantics*, vol. 3. New York: Academic Press. Reimpresso em MARTINICH.
- , 1989. *Studies in The Ways of Words*, Cambridge, Mass.: Harvard U.P.
- , 2001. *Aspects of Reason* (ed. Richard Warner), Oxford: Oxford University Press.
- Kripke, Saul. 1977. Speaker's Reference and Semantic Reference. In P. French, T. Vehling Jr. e H. Wettstein (eds.) *Contemporary Perspectives in the Philosophy of Language*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 6-27.
- , 1980. *Naming and Necessity*. Oxford UK and Cambridge USA: Basil Blackwell. Excertos reimpressos em HARNISH e MARTINICH.
- , 1982. *Wittgenstein on Rules and Private Languages*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Mill, John Stuart. 1874. *A System of Logic, Ratiocinative and Inductive*. 8ª edição. New York and London: Harper & Brother Publishers. (Cornell University Library Digital Collections. Também disponível em: <http://www.gutenberg.org/etext/27942>.)
- Putnam, Hilary. 1975. The meaning of 'meaning'. In *Philosophical Papers vol. 2*. Cambridge U.P., Cambridge. Reimpresso em HARNISH.
- Quine, W. V. 1953. *From a Logical Point of View*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Quine, W.V.O. 1951. Two Dogmas of Empiricism. *The Philosophical Review* 60: 20-43. Reimpresso em From a Logical Point of View e em MARTINICH.
- Quine, W.V.O. 1960. *Word and Object*, Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Russell, B. 1905. On Denoting. *Mind* 14: 479-93. Reimpresso em R. C. Marsh (ed.), *Logic and Knowledge*. London: Routledge. Também em HARNISH e em MARTINICH.

- , 1912. *The Problems of Philosophy*. Oxford: Oxford University Press. Tradução portuguesa: *Os Problemas da Filosofia*. Traduzido por Desidério Murcho. Lisboa e S. Paulo: Edições 70. 2008.
- , 1919. Descriptions. In *Introduction to Mathematical Philosophy*. London: George Allen and Unwin. Reimpresso em MARTINICH.
- Strawson, P. 1950. On Referring. *Mind* 59: 320-44. Reimpresso em MARTINICH.
- Wittgenstein, L. 1922. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Traduzido para inglês por D. F. Pears and B. F. McGuinness. London: Routledge. 1961. E ainda: *Tratado Lógico-Filosófico*, Traduzido para português por M. S. Lourenço. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1987. (Em edição conjunta com as *Investigações Lógico-Filosóficas*).
- , 1958. *Philosophical Investigations*. G. E. M. Anscombe (transl.). 2ª edição. Oxford UK e Cambridge USA: Basil Blackwell. 1958. Tradução portuguesa: *Investigações Filosóficas*. Traduzido por: M.S Lourenço. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1987.